



Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A | Resultados de 2016

Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A

**Relatório da Administração e
Demonstrações Financeiras de 2016**

Relatório da Administração

A Administração da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Borborema” ou “Companhia”) apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2016, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pela Diretoria em 23 de março de 2017.

1 Considerações gerais

A Energisa Borborema é uma distribuidora de energia elétrica que atende a mais de 208 mil consumidores nos municípios de Campina Grande, Lagoa Seca, Queimadas, Fagundes, Massaranduba e Boa Vista, no Estado da Paraíba.

A Companhia manteve, em 2016, o foco na excelência na prestação de serviços, no relacionamento com o cliente e no combate a inadimplência e perda de energia, características que evidenciam a melhoria contínua dos indicadores de qualidade do serviço e da satisfação em pesquisas com os clientes.

Entre os fatos relevantes que marcaram a sua gestão, a Energisa Borborema venceu o Prêmio Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica) de 2016, sendo avaliada como a melhor concessionária de energia elétrica do país e também na categoria ‘Gestão Operacional’, entre as distribuidoras com até 500 mil consumidores e, nesse mesmo ano conquistou o Prêmio IASC (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor), sendo avaliada como melhor a distribuidora do Nordeste, obtendo uma nota 14,83 pontos acima do registrado em 2015. O IASC é um prêmio que busca, por meio da avaliação da satisfação do consumidor residencial com os serviços prestados, premiar as distribuidoras de energia elétrica considerando cinco variáveis, entre elas a qualidade percebida e a confiança no fornecedor.

Outro reconhecimento importante obtido em 2016 foi a medalha Eloy Chaves de ouro por ter se destacado pelos seus índices de segurança e prevenção de acidentes, entre as distribuidoras que possuem mais de 500 colaboradores. A Medalha Eloy Chaves, criada em 1980, premia as empresas de energia elétrica de todo o Brasil que se destacam na prevenção de acidentes de trabalho.

A Energisa Borborema também ganhou em 2016 o Prêmio ABRACONEE (Associação Brasileira dos Contadores do Setor Elétrico), enfatizando mais uma das suas características que é a transparência contábil.

2 Investimentos

Com foco em obras que visam à melhoria da qualidade dos serviços prestados, regularização, construção de redes e ligação de novos clientes, a Energisa Borborema investiu ao longo dos últimos três anos R\$ 94,2 milhões, dos quais R\$ 16,1 milhões em 2016, contra R\$ 57,6 milhões em 2015.

Ressalte-se que do valor investido em 2015, R\$ 40,2 milhões (R\$ 2,1 milhões em 2016) referem-se à parcela das obrigações especiais vinculadas ao investimento. A composição dos investimentos no quarto trimestre e em 2016 é a seguinte:

Descrição	Valores em R\$ milhões					
	4T16	4T15	Var. %	2016	2015	Var. %
Ativos Elétricos	2,1	2,8	- 25,0	11,6	14,3	- 18,9
Obrigações Especiais	0,1	27,9	- 99,6	2,1	40,2	- 94,8
Ativos Não Elétricos	0,5	1,4	- 64,3	2,4	3,1	- 22,6
Total dos Investimentos	2,7	32,1	- 91,6	16,1	57,6	- 72,0

(*) As “Obrigações Especiais” são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

Entre as realizações em 2016, destacam-se:

- i) programa de investimentos no sistema de distribuição de média e alta tensão, associados à melhoria da qualidade do produto e do serviço;
- ii) conclusão da obra da subestação Borborema 69/13,8 kV - 22,5 MVA e da linha de distribuição de 69 kV associada; e
- iii) conclusão da obra de adequação da subestação 69/13,8 kV - 35,0 MVA Campina Grande I.

O quadro a seguir apresenta a evolução dos principais ativos operacionais da Companhia no ano:

Descrição do ativo	2016	2015	Acréscimo
Subestações - nº	8	7	+ 1
Capacidade instalada nas subestações - MVA	193	170	+ 23
Redes de distribuição (próprias) - km	5.271	5.249	+ 22
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	4.328	4.256	+ 72
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	190	192	- 2

3 Desempenho econômico-financeiro

3.1 Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia em 2016:

Descrição	2016	2015	Variação %
Resultados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	367,6	406,9	- 9,7
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	352,6	388,2	- 9,2
Receita Operacional Líquida	224,7	259,7	- 13,5
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	209,7	241,0	- 13,0
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	20,0	56,4	- 64,5
EBITDA	27,2	62,4	- 56,4
EBITDA Ajustado	31,7	66,1	- 52,0
Resultado financeiro	(1,5)	(2,1)	- 28,6
Lucro Líquido	16,9	44,1	- 61,7
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	261,2	290,1	- 10,0
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	27,1	45,4	- 40,3
Patrimônio Líquido	115,6	132,1	- 12,5
Endividamento Líquido	41,7	6,5	+ 541,5
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	208,6	204,7	+ 1,9
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	602,0	660,5	- 8,9
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	6,90	6,71	+ 0,19 p.p
Indicador Relativo			
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%)	14,1	25,5	- 11,3 p.p
Endividamento Líquido/EBITDA Ajustado (vezes)	1,3	0,1	+ 1.200,0

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

3.2 Receita operacional bruta e líquida

Em 2016, a Energisa Borborema apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 352,6 milhões, ante R\$ 388,2 milhões registrados em 2015, redução de 9,2% (R\$ 35,6 milhões).

A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, mostrou queda de 13,0% (R\$ 31,3 milhões) no ano, para R\$ 209,7 milhões.

A seguir, as receitas operacionais por classe de consumo:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T16	4T15	Var. %	2016	2015	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	76,8	82,5	- 6,9	321,3	351,3	- 8,5
✓ Residencial	34,7	33,4	+ 3,9	140,0	137,8	+ 1,6
✓ Industrial	10,7	16,8	- 36,3	56,6	83,1	- 31,9
✓ Comercial	20,4	22,0	- 7,3	83,5	90,6	- 7,8
✓ Rural	2,4	2,2	+ 9,1	9,4	8,0	+ 17,5
✓ Outras classes	8,6	8,1	+ 6,2	31,8	31,8	-
(+) Suprimento de energia elétrica	8,0	6,1	+ 31,1	29,7	15,5	+ 91,6
(+) Fornecimento não faturado líquido	1,0	1,4	- 28,6	(0,6)	1,6	-
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	1,6	0,1	+ 1.500,0	2,3	0,4	+ 475,0
(+) Receitas de construção	2,8	6,5	- 56,9	15,0	18,7	- 19,8
(+) Constituição e amortização - CVA	1,7	29,7	- 94,3	(16,4)	3,1	-
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	3,6	3,3	+ 9,1	13,2	12,8	+ 3,1
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão	0,2	1,0	- 80,0	1,4	2,4	- 41,7
(+) Outras receitas	0,3	0,2	+ 50,0	1,7	1,1	+ 54,5
(=) Receita bruta	96,0	130,8	- 26,6	367,6	406,9	- 9,7
(-) Impostos sobre vendas	27,6	34,0	- 18,8	111,8	119,1	- 6,1
(-) Deduções bandeiras tarifárias	0,7	(24,7)	-	0,7	(2,0)	-
(-) Encargos setoriais	7,7	8,6	- 10,5	30,4	30,1	+ 1,0
(=) Receita líquida	60,0	112,9	- 46,9	224,7	259,7	- 13,5
(-) Receitas de construção	2,8	6,5	- 56,9	15,0	18,7	- 19,8
(=) Receita líquida, sem receitas de construção	57,2	106,4	- 46,2	209,7	241,0	- 13,0

Dentre os fatores que impactaram as receitas se destacam:

- Embora o número de consumidores tenha apresentado um acréscimo de 1,9% ou 3.943 novos consumidores cativos em 2016 e o consumo de energia no mercado cativo e livre reduziu 6,0% (aumento de 2,3% no 4T16), conforme item 4.4 deste relatório;
- Amortização de despesas referentes a ativos e passivos financeiros setoriais (CVAs) no montante de R\$ 16,4 (constituição de R\$ 1,7 milhão no 4T16), contra R\$ 3,1 milhões de receitas reconhecidas em 2015 (constituição de R\$ 29,7 milhões no 4T15); e
- Aumento tarifário anual médio de 6,91% em 04/02/2016.

3.3 Ambiente regulatório

3.3.1 Bandeiras tarifárias

Em janeiro de 2015, entrou em prática nas contas de energia elétrica o “Sistema de Bandeiras Tarifárias”. As receitas auferidas pela Companhia provenientes das bandeiras tarifárias em 2016 foram de R\$ 5,2 milhões, ante R\$ 31,3 milhões registrados no ano anterior.

Em fevereiro de 2016, a Aneel reduziu, em 40%, o valor da tarifa adicional da bandeira amarela: de R\$ 2,50 para R\$ 1,50. A bandeira vermelha também foi dividida em dois patamares: o patamar 1, já chamado de “bandeira rosa”, com cobrança extra de R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos e o patamar 2, de cor vermelha, que mantém o valor de R\$ 4,50 por 100 kWh.

3.3.2 Reajuste tarifário anual e revisão tarifária

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel") homologou em fevereiro de 2016 o reajuste tarifário anual da Energisa Borborema. O efeito médio para o consumidor foi de 6,91%, conforme abaixo:

Efeito para o Consumidor (%)			Vigência
Baixa Tensão	Alta e Média Tensão	Médio	
7,47	5,97	6,91	04/02/2016

Em janeiro de 2017, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou o 4º Ciclo de Revisão Tarifária periódica da Energisa Borborema. O efeito médio percebido pelo consumidor foi um aumento de 0,43%, a partir de 4 de fevereiro de 2017. Os consumidores de baixa tensão tiveram uma redução de 1,97% nas tarifas e os consumidores de alta e média tensão um aumento de 5,44%.

3.3.3 Base de remuneração regulatória

O processo de valoração dos ativos da Base de Remuneração Regulatória utiliza o método do Valor Novo de Reposição - VNR, que corresponde ao valor, a preços atuais de mercado, de um ativo idêntico, similar ou equivalente, sujeito a reposição, que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente, considerando todos os gastos necessários para a sua instalação.

A Base de Remuneração Líquida (BRL) da Energisa Borborema e a data da próxima Revisão Tarifária (RT) são as seguintes:

Base de Remuneração Líquida (BRL) (Em R\$ milhões) ⁽¹⁾		Data revisão tarifária	
3º Ciclo	4º Ciclo	4º Ciclo	5º Ciclo
67,0	117,7	fev/17	fev/21

⁽¹⁾ A preços da data da RT (mês anterior ao reajuste em cada ciclo)

3.3.4 Recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (atualização pelo Aurélio)

A Aneel também homologou recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), repassados a Energisa Borborema pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras, referentes a subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda e usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 13,2 milhões em 2016 (R\$ 12,8 milhões em 2015). O valor foi registrado pela Companhia como receita operacional.

3.4 Despesas operacionais

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 189,8 milhões em 2016 e R\$ 50,5 milhões no 4T16, crescimento de 2,9% (R\$ 5,3 milhões) e redução de 25,2% (R\$ 17,0 milhões) respectivamente, quando comparadas com os mesmos períodos do ano anterior. Desse total, as despesas controláveis, com PMSO, cresceram 3,6% ou R\$ 1,3 milhão (redução de 10,9% ou R\$ 1,5 milhão no 4T16), totalizando R\$ 37,6 milhões (R\$ 12,3 milhões no 4T16). As despesas não controláveis cresceram 2,9% em 2016 (redução de 22,7% no 4T16), totalizando R\$ 144,1 milhões (R\$ 41,2 milhões no 4T16).

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T16	4T15	Var. %	2016	2015	Var. %
1 Custos e Despesas não controláveis	41,2	53,3	- 22,7	144,1	140,1	+ 2,9
1.1 Energia comprada	35,8	46,1	- 22,3	128,6	121,7	+ 5,7
1.2 Transporte de potência elétrica	5,4	7,2	- 25,0	15,5	18,4	- 15,8
2 Custos e Despesas controláveis	7,3	12,7	- 42,5	37,2	37,4	- 0,5
2.1 PMSO	12,3	13,8	- 10,9	37,6	36,3	+ 3,6
2.1.1 Pessoal	6,1	5,9	+ 3,4	17,3	17,0	+ 1,8
2.1.2 Fundo de pensão	0,1	0,2	- 50,0	0,1	0,2	- 50,0
2.1.3 Material	0,4	0,5	- 20,0	2,0	1,7	+ 17,6
2.1.4 Serviços de terceiros	4,5	4,7	- 4,3	15,7	14,8	+ 6,1
2.1.5 Outras	1,2	2,5	- 52,0	2,5	2,6	- 3,8
✓ Multas e compensações	-	0,1	-	0,1	0,1	-
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	0,7	0,2	+ 250,0	1,4	0,7	+ 100,0
✓ Outros	0,5	2,2	- 77,3	1,0	1,8	- 44,4
2.2 Provisões/Reversões	(5,0)	(1,1)	+ 354,5	(0,4)	1,1	-
2.2.1 Contingências	(0,5)	(0,1)	+ 400,0	(2,1)	(0,1)	+ 2.000,0
2.2.2 Devedores duvidosos	(4,5)	(1,0)	+ 350,0	1,7	1,2	+ 41,7
3 Demais receitas/despesas	2,0	1,5	+ 33,3	8,5	7,0	+ 21,4
3.1 Depreciação e amortização	1,7	1,2	+ 41,7	7,2	5,9	+ 22,0
3.2 Outras receitas/despesas	0,3	0,3	-	1,3	1,1	+ 18,2
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção)	50,5	67,5	- 25,2	189,8	184,5	+ 2,9
Custo de construção	2,8	6,5	- 56,9	15,0	18,7	- 19,8
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção)	53,3	74,0	- 28,0	204,8	203,2	+ 0,8

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

3.5 Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

Em 2016, a Energisa Borborema registrou lucro líquido de R\$ 16,9 milhões, ante R\$ 44,1 milhões registrados no ano anterior. A geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 31,7 milhões em 2016, contra R\$ 66,1 milhões apurados em 2015, redução de 52,0%. Esse desempenho decorre, principalmente, da redução do consumo de energia elétrica, impactando as receitas operacionais líquidas da Companhia.

No 4T16, a Energisa Borborema registrou lucro de R\$ 3,0 milhões, contra R\$ 30,5 milhões no 4T15. A geração de caixa (EBITDA Ajustado) apurada no 4T16 foi de R\$ 9,6 milhões, ante os R\$ 41,3 milhões registrados em 2015.

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T16	4T15	Var. %	2016	2015	Var. %
(=) Lucro Líquido	3,0	30,5	- 90,2	16,9	44,1	- 61,7
(-) Contribuição social e imposto de renda	(1,4)	(10,4)	- 86,5	(1,6)	(10,3)	- 84,5
(-) Resultado financeiro	(2,4)	1,9	-	(1,5)	(2,1)	- 28,6
(-) Depreciação e amortização	(1,7)	(1,2)	+ 41,7	(7,2)	(5,9)	+ 22,0
(=) Geração de caixa (EBITDA)	8,5	40,2	- 78,9	27,2	62,4	- 56,4
(+) Receita de acréscimos moratórios	1,1	1,1	-	4,5	3,7	+ 21,6
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	9,6	41,3	- 76,8	31,7	66,1	- 52,0
Margem do EBITDA Ajustado (%)	16,0	36,6	- 20,6 p.p	14,1	25,5	- 11,4 p.p

Com base nos resultados alcançados em 2016, a Companhia proporá a distribuição de dividendos do exercício no valor de R\$ 11,5 milhões, já tendo sido pagos: i) R\$ 6,5 milhões (R\$ 22,02247795 por ação) em 15/08/2016; e ii) R\$ 1,6 milhão (R\$ 5,58430914 por ação) em 01/12/2016.

Os dividendos complementares, no valor de R\$ 3,4 milhões (R\$ 11,54854045 por ação) serão pagos em data a ser definida.

4 Desempenho operacional

A manutenção do foco na qualidade da energia fornecida e a excelência no atendimento têm permitido à Energisa Borborema apresentar consistentes índices operacionais, que evidenciam a posição privilegiada dos indicadores de satisfação em pesquisas com os consumidores.

4.1 Perdas de energia

Em 2016, as perdas de energia da Energisa Borborema foram as seguintes:

Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL
dez/15	set/16	dez/16	dez/15	set/16	dez/16	dez/15	set/16	dez/16	
6,58	7,13	7,50	0,13	0,30	-0,60	6,71	7,43	6,90	8,12

Nota: Para cálculo dos percentuais apresentados acima, foram considerados os valores de energia não faturada. Os percentuais regulatórios referem-se aos últimos dozes meses findos em dezembro de 2016

Perdas Técnicas			Perdas Não-Técnicas			Perdas Totais			Var.(%) ⁽¹⁾
dez/15	set/16	dez/16	dez/15	set/16	dez/16	dez/15	set/16	dez/16	
50,6	50,4	52,8	1,0	2,1	(4,2)	51,6	52,5	48,6	- 7,4

⁽¹⁾ Variação dezembro/setembro de 2016

O combate ao furto e à fraude tem sido foco constante das ações gerenciais da Energia Borborema, que busca trabalhar para aprimorar a fiscalização das ligações em suas unidades consumidoras. As perdas de energia elétrica da Energisa Borborema situaram em 6,90% em 2016, contra 6,71% em 2015. Este aumento pode ser atribuído predominantemente a três fatores: transferência de ativos de distribuição, migração de consumidor industrial para a rede básica e o recrudescimento da crise econômica, com reflexo na retração do consumo de energia, pois quando comparado ao resultado de perdas totais em GWh, o resultado apresenta um decréscimo de 3 GWh.

4.2 Gestão da Inadimplência

4.2.1 Taxa de Inadimplência

A Energisa Borborema passou a utilizar nova métrica para análise da inadimplência, ou seja, a relação percentual entre a soma da provisão para créditos de liquidação duvidosa com incobráveis, e o fornecimento faturado, no período de 12 meses. Em 2016, essa relação foi de 0,51%, contra 0,35% em 2015.

4.2.2 Taxa de Arrecadação

A Companhia também passou a divulgar a taxa de arrecadação, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período. Em 2016, essa taxa ficou em 98,88%, contra 98,69% em 2015.

4.3 Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

A redução dos indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) em 2016 é um fato a destacar, fruto dos investimentos realizados e baseados no planejamento correto das necessidades do sistema, bem como em ações específicas realizadas. O DEC apresentou redução de 10,7%, passando de 5,53 horas em 2015 para 4,94 horas. O FEC, por sua vez, reduziu 16,2%, passando de 3,84 vezes para 3,22 vezes. Esses indicadores colocam a Energisa Borborema entre as melhores concessionárias do país com até 500 mil consumidores. Os valores de DEC e FEC são os menores do país para empresas com mais de 100 mil consumidores.

4.4 Mercado de energia

Em 2016, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Energisa Borborema, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD) e ao fornecimento não faturado, totalizaram 620,4 GWh, redução de 6,0% em relação a 2015. Todas as classes de consumo mostraram retração no consumo, exceto a residencial e poderes públicos, com crescimento de 2,2% e 3,8% no ano (aumento de 6,8% e 21,3% no 4T16, respectivamente). O consumo industrial, considerando os mercados cativo e livre, reduziu 26,9% em 2016.

Mercado de Energia - Descrição	Trimestres			Exercício		
	4T16	4T15	Var. %	2016	2015	Var. %
✓ Residencial	59,9	56,1	+ 6,8	235,7	230,7	+ 2,2
✓ Industrial	31,6	34,9	- 9,5	131,4	179,7	- 26,9
• Cativo	22,6	34,9	- 35,2	122,5	179,7	- 31,8
• Livre	9,0	-	-	8,9	-	-
✓ Comercial	40,6	39,5	+ 2,8	156,7	160,0	- 2,1
• Cativo	36,8	38,3	- 3,9	146,8	155,3	- 5,5
• Livre	3,8	1,2	+ 216,7	9,9	4,7	+ 110,6
✓ Rural	6,0	5,9	+ 1,7	23,8	24,3	- 2,1
✓ Outras Classes	21,1	17,4	+ 21,3	73,2	70,5	+ 3,8
1 Vendas de energia no mercado cativo	146,3	152,6	- 4,1	602,0	660,5	- 8,9
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	12,8	1,2	+ 966,7	18,8	4,7	+ 300,0
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	159,1	153,8	+ 3,4	620,8	665,2	- 6,7
4 Fornecimento Não faturado	2,4	4,0	- 40,0	(0,4)	(5,1)	- 92,2
5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)	161,5	157,8	+ 2,3	620,4	660,1	- 6,0

A Energisa Borborema encerrou 2016 com 208.592 unidades consumidoras cativas, quantidade 1,9% superior à registrada no mesmo período de 2015, e com sete consumidores livres.

5 Estrutura de capital

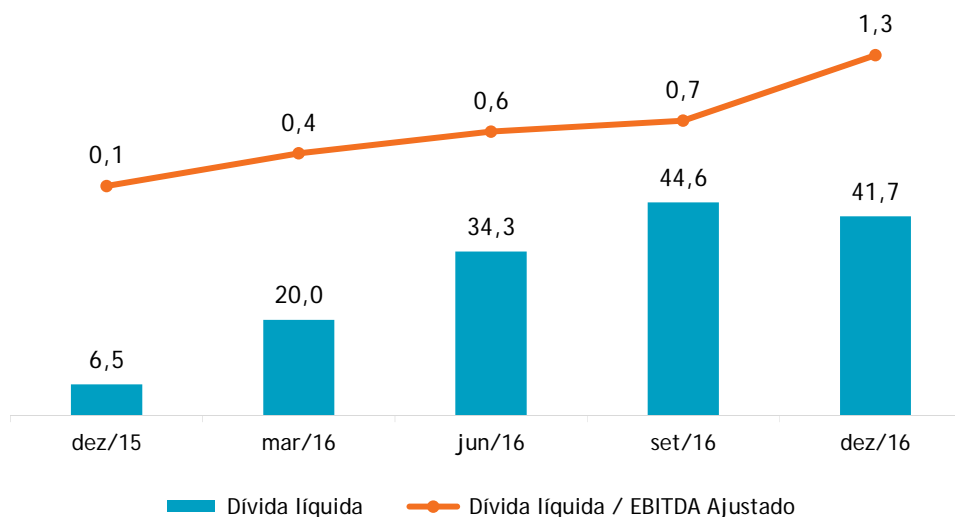
Em 31 de dezembro de 2016, o saldo consolidado de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Energisa Borborema totalizou R\$ 27,1 milhões, que não incluem os créditos referentes à subvenção tarifária e baixa renda (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA). Por sua vez, a dívida líquida da Energisa Borborema, que incluem empréstimos, financiamentos, arrendamentos, encargos financeiros,

parcelamento de impostos, fundo de pensão e instrumentos financeiros derivativos líquidos, passou de R\$ 6,5 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 41,7 milhões em 31 de dezembro de 2016. Consequentemente, a relação entre a dívida líquida, com os créditos e débitos setoriais, e o EBITDA Ajustado ao fim de 2016 foi de 1,3 vezes.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Energisa Borborema entre 31 de dezembro de 2016, 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2016	30/09/2016	31/12/2015
Curto Prazo	10,9	19,9	25,4
Empréstimos e financiamentos	8,1	16,5	32,9
Encargos de dívidas	0,8	0,6	0,4
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	2,0	2,8	(7,9)
Longo Prazo	52,0	53,0	39,0
Empréstimos e financiamentos	52,6	54,1	39,0
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(0,6)	(1,1)	-
Total das dívidas	62,9	72,9	64,4
(-) Disponibilidades financeiras	27,1	36,1	45,4
Total das dívidas líquidas	35,8	36,8	19,0
(-) Créditos CDE (subvenção tarifária e baixa renda)	1,7	1,4	2,2
(-) Créditos CVA	(7,6)	(9,2)	10,3
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	41,7	44,6	6,5
Indicador Relativo			
Dívida líquida/EBITDA Ajustado	1,3	0,7	0,1

Evolução da alavancagem
- Dívida líquida (R\$ milhões) e dívida líquida/EBITDA Ajustado (vezes) -



6 Gestão de pessoas

A Energisa Borborema valoriza seu capital humano investindo fortemente na gestão de pessoas, aprimorando a atuação da área e ampliando as premissas de uma gestão ágil e flexível, sempre em busca da melhoria constante na qualidade dos serviços. A Companhia encerrou 2016 com 236 colaboradores próprios e 30 terceirizados, não considerando os empregados das empresas prestadoras de serviços ligadas à construção.

As ações de gestão de pessoas da unidade estão alinhadas aos valores e missão da companhia e visam impulsionar o desempenho, construindo competências estratégicas que possibilitem oportunidade de desenvolvimento de carreira para os colaboradores. Em 2016, a Energisa Borborema dedicou 15.325 homens/hora de treinamento, com investimento de mais de R\$ 17 mil. Desde 2009, a Companhia mantém o Programa de Educação a Distância e, em 2016, foram dedicadas a essa modalidade 8.694 homens/hora, o que corresponde a 56,73% do total de treinamento.

Em continuidade às ações de reforço da prática do Valor Pessoas, a Energisa Paraíba lançou o Programa de Qualidade de Vida - Viva Energia, que tem por objetivo a promoção de qualidade de vida e o bem-estar dos colaboradores, propondo por meio de intervenções relacionadas a atividades esportivas sistematizadas como ginástica laboral, natação, treino funcional e futsal e de componentes comportamentais do estilo de vida como orientação nutricional e cursos de educação financeira.

A Energisa Borborema promoveu a formação e atualização dos multiplicadores que já detêm algum conhecimento relevante para atuar na capacitação da mão de obra, estimulando a aprendizagem e disseminação do conhecimento a partir do compartilhamento de experiências, conhecimentos e informações, promovendo um ambiente de troca, disseminação e desenvolvimento favorável ao aprendizado. Na Companhia, foram formados quatro multiplicadores, um com competência técnica para atuar na multiplicação de cursos obrigatórios e três preparados para multiplicação de sistemas e outros processos internos.

A Energisa Borborema também deu ênfase ao desenvolvimento de seus gestores por meio da "Academia de Líderes". O Programa é um dos mais importantes veículos de disseminação e alinhamento da cultura, valores, competências da liderança e objetivos estratégicos, que proporciona aos líderes do Grupo Energisa, uma maior preparação para o crescimento e sustentação das atividades. Em 2016, a Energisa Borborema dedicou 124 homens/hora de treinamento nessa Academia.

Para a identificação de novos líderes, a Energisa Borborema conta com o Programa de Sucessão, um dos processos mais significativos dentro do planejamento de gestão de pessoas, pois estabelece critérios e procedimentos para a identificação e desenvolvimento de colaboradores que tenham potenciais ou estejam aptos a ocupar posições estratégicas dentro da empresa.

7 Responsabilidade socioambiental

A Energisa Borborema busca o fortalecimento das comunidades com as quais se relaciona, desenvolvendo atividades socioculturais e esportivas, apoiando projetos de estímulo à educação e desenvolvendo ações de uso consciente de energia elétrica e preservação ambiental. Entre as principais ações realizadas em 2016, destacam-se:

Iniciativas Socioculturais

As frentes de incentivo cultural focam em projetos que promovem o acesso à cultura em diversos segmentos para comunidades locais:

- **Balcão de Livros Energisa:** é uma iniciativa inédita no país, que oferece aos clientes adimplentes da concessionária, a possibilidade de pegar emprestado o melhor da literatura brasileira e estrangeira. São histórias e versos de autores conhecidos e aclamados pela crítica, como José Lins do Rego, Carlos Drummond de Andrade, Cora Coralina, Fernando Pessoa, Gabriel Garcia Márquez, J.K. Rowling, entre muitos outros. O acervo conta com mais de quatro mil exemplares.
- **Projeto Arte na Empresa:** é um projeto cultural que promove exposições ininterruptamente nos prédios da Energisa, na Paraíba, desde 2008. As exposições são instaladas em Campina Grande, ampliando a divulgação da cultura e dando aos moradores de cidades do interior a oportunidade de ter contato com arte visual de qualidade. Este projeto também oferece ao artista toda a curadoria da exposição, transporte das obras, confecção de material gráfico, divulgação e assessoria de imprensa. Em 2016, foram realizadas oito exposições na galeria.

No âmbito social, dois projetos se destacaram:

- **Convênios de Arrecadação** - A Energisa Paraíba mantém convênio com o Hospital Laureano, a Pesquisa Professor Joaquim Amorim Neto (IPESQ), o Hospital da Fundação Assistencial da Paraíba (FAP) e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAIE), dando aos clientes a oportunidade de doar qualquer valor, através da conta de luz. No ano de 2016, o repasse das doações totalizou mais de R\$ 47,5 mil.

Iniciativas Esportivas

Ciente de que o esporte é uma ferramenta de inclusão social, a Companhia mantém patrocínios a projetos de estímulo a prática de esportes e lazer:

- **Viva Energia:** programa implantado em 2016, que promove atividades físicas em parceria com o SESI para a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores. No primeiro ano, 175 colaboradores da Paraíba participaram de treinos funcionais, aulas de natação, futsal e vôlei e encontros voltados para a educação financeira e nutricional.

Iniciativas voltadas à Educação

Na linha do desenvolvimento econômico das áreas de concessão, a Companhia investe em projetos específicos de incentivo a educação:

- **Programa Educacional Energisa na Escola:** ação na qual os colaboradores, de forma voluntária, vão até as escolas localizadas em comunidades de todo o Estado da Paraíba, levando dicas sobre segurança, eficiência energética e apresentando um pouco mais sobre o trabalho da Energisa.
- **Programa Jovem Aprendiz:** Em parceria com o Senai e o Instituto Federal da Paraíba (IFPB), a Energisa recebe jovens matriculados em cursos técnicos, proporcionando a experiência e o aprendizado do primeiro emprego. Em 2016, 11 aprendizes conheceram o mercado de trabalho por meio da Energisa Borborema.
- **Parceria com CIEE:** Em parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), a Energisa recebe estudantes de nível superior para estágio remunerado nas áreas técnicas e administrativas, de acordo com o curso e área de cada um. Em 2016, 12 estagiários vivenciaram a rotina da sua área de estudo.

Uso Consciente de Energisa

Todos os anos, diversos projetos do programa de “Eficiência Energética” são implantados visando a adoção de mudanças comportamentais quanto ao uso da energia. Em 2016, este programa absorveu aproximadamente R\$ 698 mil milhões em ações voltadas para o estímulo ao consumo consciente de energia elétrica, destacando-se:

- **Nossa Energia:** atendimento a comunidades locais com ações como substituição de lâmpadas e doação de equipamentos eficientes, em comunidades de baixa renda. Além da promoção de palestras sobre uso racional da energia elétrica e de equipamentos. Para este programa é utilizada como base nas comunidades a **Unidade Móvel da Energisa**, veículo preparado com equipamentos para apoio e condução dos programas. Em 2016, foram substituídas 193 geladeiras, trocadas 1.503 lâmpadas e realizadas 138 palestras, em seis cidades, alcançando um público total de quase 3.100 pessoas.
- **Conta Cidadã:** troca de resíduos recicláveis trazidos pelos consumidores por bônus na conta de energia. Em 2016, foram coletadas mais 507 toneladas de resíduos, garantindo assim a destinação correta desses materiais;

Iniciativas ambientais

- **Papa-lâmpadas, pilhas e baterias:** recolhimento de lâmpadas, pilhas e baterias para descarte em empresa especializada, que faz a descontaminação e a reciclagem das lâmpadas e descarta adequadamente as pilhas e baterias. O móvel para a coleta dos materiais fica em local de fácil acesso nos prédios sede da empresa.
- **Coleta seletiva:** a Energisa adota a coleta seletiva em suas unidades destinando corretamente os resíduos para processos de reaproveitamento com empresa devidamente licenciadas. Também são coletados entre os colaboradores lâmpadas, pilhas e baterias, evitando o descarte incorreto e a contaminação do meio ambiente.
- **Campanhas:** desenvolvimento de campanhas de redução de consumo de água e energia, educação com base nos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar), educação para o consumo consciente e uso seguro da energia, através da distribuição de cartilhas e palestras nas escolas em datas comemorativas dedicadas aos temas. Anualmente, a Energisa realiza a Semana do Meio Ambiente, na qual busca orientar e incentivar os colaboradores e clientes sobre a importância da preservação do meio ambiente. A Companhia atua junto ao poder público municipal para incluir a compatibilidade com a arborização no planejamento de obras e treinamento de procedimentos adequados para poda de árvores.

Iniciativas relativas à ética

- **Ética e integridade** - o Código de Ética e Conduta da empresa, que bem expressa um compromisso com o futuro, é um guia para os colaboradores da empresa no relacionamento com os diversos públicos. Além de divulgado pela intranet e pelo site do grupo, é distribuído a todos os colaboradores, tendo como guardião

maior um Comitê de Ética composto por colaboradores das diversas áreas de trabalho e regiões de atuação do Grupo Energisa, permitindo o acesso livre e direto a todo o quadro funcional das empresas, bem como parceiros.

8 Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Borborema em 2016 foi de R\$ 305,4 mil pela revisão contábil das demonstrações financeiras.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	18.708	34.121
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	4.546	7.233
Consumidores e concessionárias	6	42.845	40.579
Estoques		740	711
Tributos a recuperar	7	8.865	7.413
Instrumentos financeiros derivativos	27	-	7.881
Ativo financeiro setorial	9	14.417	31.890
Despesas pagas antecipadamente		562	585
Outros créditos	10	4.480	5.254
Total do circulante		95.163	135.667
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	3.804	4.035
Consumidores e concessionárias	6	5.230	3.886
Tributos a recuperar	7	2.953	2.611
Créditos tributários	12	23.259	18.888
Cauções e depósitos vinculados	19	5.113	5.181
Instrumentos financeiros derivativos	27	645	-
Ativo financeiro setorial	9	1.292	2.727
Contas a receber da concessão	13	47.949	40.871
		90.245	78.199
Investimentos		81	81
Intangível	14	74.744	75.251
Imobilizado	14	955	868
Total do não circulante		166.025	154.399
Total do ativo		261.188	290.066

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	15	20.092	20.834
Encargos de dívidas	16	760	357
Empréstimos e financiamentos	16	8.111	32.874
Tributos e contribuições sociais	17	8.333	12.509
Dividendos	20.5	-	763
Encargos setoriais	18	4.463	5.314
Obrigações estimadas		1.051	1.113
Passivo financeiro setorial	9	20.909	22.298
Instrumentos financeiros derivativos	27	2.034	-
Taxa de iluminação arrecadada		2.185	1.983
Outras contas a pagar		3.063	2.963
Total do circulante		71.001	101.008
Não circulante			
Fornecedores	15	403	403
Empréstimos e financiamentos	16	52.638	39.018
Tributos e contribuições sociais	17	10.743	6.025
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	19	6.531	8.097
Encargos setoriais	18	1.773	1.263
Passivo financeiro setorial	9	2.435	2.018
Outras contas a pagar		93	124
Total do não circulante		74.616	56.948
Patrimônio líquido			
Capital social	20.1	73.540	65.539
Reservas de capital	20.2	24.098	24.098
Reservas de lucros	20.4 e 20.5	14.551	17.086
Dividendos adicionais propostos	20.6	3.382	25.387
Total do patrimônio líquido		115.571	132.110
Total do passivo e patrimônio líquido		261.188	290.066

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstração de Resultados

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2016	2015 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	21	224.709	259.660
Custo do serviço prestado a terceiros	22	(184.192)	(181.997)
Lucro bruto		40.517	77.663
Despesas gerais e administrativas	22	(19.214)	(20.203)
Outras receitas	23	975	392
Outras despesas	23	(2.272)	(1.442)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		20.006	56.410
Receitas financeiras	24	13.067	8.769
Despesas financeiras	24	(14.526)	(10.836)
Despesas financeiras líquidas		(1.459)	(2.067)
Lucro antes dos impostos		18.547	54.343
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(5.983)	(6.288)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	4.371	(4.002)
Lucro líquido do exercício		16.935	44.053
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$	25	57,81	150,39

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração do Resultado Abrangente

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Lucro líquido do exercício		16.935	44.053
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes		-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício		16.935	44.053

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		16.935	44.053
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	12	1.612	10.290
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		2.100	10.118
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	(1.396)	(2.385)
Amortização e Depreciação	22	7.193	5.922
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	22	1.667	1.235
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	22	(2.075)	300
Marcação a Mercado da dívida	24	915	36
Marcação a Mercado Derivativos	24	(23)	(463)
Instrumentos Financeiros Derivativos	24	2.616	(9.667)
Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	23	939	538
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
(Aumento) de consumidores e concessionárias		(5.277)	(12.537)
(Aumento) de estoques		(29)	(4)
(Aumento) diminuição de impostos a recuperar		(1.794)	1.384
Diminuição de cauções e depósitos vinculados		68	519
Diminuição (aumento) de despesas pagas antecipadamente		23	(455)
Diminuição (aumento) de ativo financeiro setorial		19.481	(2.828)
(Aumento) de outros créditos		(165)	(431)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
(Diminuição) aumento de fornecedores		(250)	554
(Diminuição) aumento de tributos e contribuições sociais		(2.427)	2.643
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.979)	(3.070)
(Diminuição) aumento de obrigações estimadas		(62)	95
(Diminuição) de passivo financeiro setorial		(2.699)	(320)
(Diminuição) aumento de outras contas a pagar		(128)	5.499
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		34.245	51.026
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		6.984	(2.396)
Aplicações no intangível e imobilizado	14 e 31	(14.513)	(19.063)
Alienação de bens do imobilizado e intangível	23	1.531	392
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(5.998)	(21.067)
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos e financiamentos	16	31.130	33.984
Pagamentos de empréstimos- principal	16	(42.675)	(35.331)
Pagamentos de empréstimos- juros	16	(4.555)	(5.320)
Liquidação de Instrumentos Financeiros Derivativos		6.677	6.383
Recursos de acionistas destinados a recomposição de reservas	20.4	-	4.569
Pagamentos de dividendos	20.6	(34.237)	(7.699)
Caixa líquido consumido nas atividades de Financiamentos		(43.660)	(3.414)
Variação líquida do caixa		(15.413)	26.545
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	5	34.121	7.576
Caixa mais equivalentes de caixa finais	5	18.708	34.121
Variação líquida do caixa		(15.413)	26.545

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

6. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015 (Reapresentado)
Geração do valor adicionado			
Receitas			
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	21	352.651	390.220
Outras receitas	23	758	392
Receitas relativas a construção de ativos próprios	21 e 24	15.623	19.668
Provisão e reversão p/créditos de liquidação duvidosa	22	(1.667)	(1.235)
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia elétrica vendida		157.352	159.725
Materiais e serviços de terceiros		17.833	16.696
Outros custos operacionais		17.235	21.898
		<u>192.420</u>	<u>198.319</u>
Valor adicionado bruto		<u>174.945</u>	<u>210.726</u>
Amortização e depreciação	22	7.193	5.922
Valor adicionado líquido		<u>167.752</u>	<u>204.804</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	24	13.574	9.433
Valor adicionado total a distribuir:		<u>181.326</u>	<u>214.237</u>
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		9.590	9.137
Benefícios		4.136	3.214
FGTS		1.104	2.412
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		22.104	28.933
Estaduais		80.870	83.690
Municipais		125	87
Obrigações Intrasetoriais		31.089	30.093
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	24	15.193	11.841
Aluguéis		180	777
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	20.6	8.087	8.462
Dividendos adicionais propostos	20.6	3.382	25.387
Reserva Legal	20.3	847	2.203
Reserva de redução de imposto de renda	20.5	4.619	8.001
		<u>181.326</u>	<u>214.237</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

7. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas de capital		Reserva de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Remuneração de imobilizações em curso	Reserva especial de ágio	Reserva legal	Retenção de lucros	Redução de imposto de renda			
Saldos em 01 de janeiro de 2015	64.577	104	23.994	2.313	-	962	-	-	91.950
Aumento de capital conforme AGO e AGE de 30/04/2015	20.1 962	-	-	-	-	(962)	-	-	-
Reconstituição de reservas conforme AGO e AGE de 30/04/2015	-	-	-	4.389	180	-	-	-	4.569
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	44.053	44.053
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:									-
Reserva legal	20.3 -	-	-	2.203	-	-	-	(2.203)	-
Incentivo Fiscal - Laudo Constitutivo nº 206/2012 - SUDENE	20.5 -	-	-	-	-	8.001	-	(8.001)	-
Dividendos	20.6 -	-	-	-	-	-	-	(8.462)	(8.462)
Dividendos adicionais propostos	20.6 -	-	-	-	-	-	25.387	(25.387)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	65.539	104	23.994	8.905	180	8.001	25.387	-	132.110
Aumento de capital conforme AGO e AGE de 26/04/2016	20.1 8.001	-	-	-	-	(8.001)	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(25.387)	-	(25.387)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	16.935	16.935
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:									-
Reserva legal	20.3 -	-	-	847	-	-	-	(847)	-
Incentivo Fiscal - Laudo Constitutivo nº 206/2012 - SUDENE	20.5 -	-	-	-	-	4.619	-	(4.619)	-
Dividendos	20.6 -	-	-	-	-	-	-	(8.087)	(8.087)
Dividendos adicionais propostos	20.6 -	-	-	-	-	-	3.382	(3.382)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	73.540	104	23.994	9.752	180	4.619	3.382	-	115.571

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

8. Balanço Social

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.						
CNPJ Nº 08.826.596/0001-95						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2016						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de Cálculo	2016 (Mil reais)			2015 (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	224.709			259.660		
Resultado operacional (RO)	18.547			54.343		
Folha de pagamento bruta (FPB)	14.918			13.745		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	2.192	14,69%	0,98%	1.995	14,51%	0,77%
Encargos sociais compulsórios	3.720	24,94%	1,66%	3.803	27,67%	1,46%
Previdência privada	153	1,03%	0,07%	222	1,62%	0,09%
Saúde	1.086	7,28%	0,48%	907	6,60%	0,35%
Segurança e saúde no trabalho	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Educação	65	0,44%	0,03%	40	0,29%	0,02%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	9	0,06%	0,00%	34	0,25%	0,01%
Creches ou auxílio-creche	329	2,21%	0,15%	267	1,94%	0,10%
Participação nos lucros ou resultados	1.895	12,70%	0,84%	1.719	12,51%	0,66%
Outros	490	3,28%	0,22%	486	3,54%	0,19%
Total - Indicadores sociais internos	9.939	66,62%	4,42%	9.473	68,92%	3,65%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	96	0,52%	0,04%	172	0,32%	0,07%
Saúde e saneamento	30	0,16%	0,01%	46	0,08%	0,02%
Esporte	15	0,08%	0,01%	23	0,04%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	75	0,40%	0,03%	0	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	216	1,16%	0,10%	241	0,44%	0,09%
Tributos (excluídos encargos sociais)	99.380	535,83%	44,23%	108.907	200,41%	41,94%
Total - Indicadores sociais externos	99.596	536,99%	44,32%	109.148	200,85%	42,03%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	11	0,06%	0,00%	8	0,01%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	11	0,06%	0,00%	8	0,01%	0,00%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2016			2015		
Nº de empregados(as) ao final do período	236			242		
Nº de admissões durante o período	30			27		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	30			31		
Nº de estagiários(as)	9			12		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	57			57		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	36			36		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	-			-		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	101			104		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	-			-		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	11			7		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2016			Metas 2017		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	9,85			9,85		
Número total de acidentes de trabalho	3			3		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(X) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	(X) serão sugeridos	(X) são exigidos
Quanto a participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(X) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 3.278	no Procon 48	na Justiça 383	na empresa 3.114	no Procon 48	na Justiça 235
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 99,92%	no Procon 10%	na Justiça 46%	na empresa 99%	no Procon 33%	na Justiça 37%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2016: 181.326			Em 2015: 214.237		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	74% governo 6% acionistas	8% colaboradores(as) 9% terceiros	3% retido	67% governo acionistas	7% colaboradores(as) 6% terceiros	16% retido
7 - Outras Informações	2016			2015		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União	-			-		
7.1.2 - Investimento do Estado	-			-		
7.1.3 - Investimento do Município	-			-		
7.1.4 - Investimento da Concessionária	-			-		
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	-			-		
7.2 - Programa de eficiência Energética	857			1.268		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	106			1.304		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	963			2.572		

Notas Explicativas

Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia ou Energisa BO”) - empresa integrante do **GRUPO ENERGISA** - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica que atua nos municípios de Campina Grande, Lagoa Seca, Queimadas, Fagundes, Massaranduba e Boa Vista, no Estado da Paraíba atendendo a 208.607 consumidores (informação não auditada pelos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.

Contrato de concessão:

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e

VIII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

Em 4 de fevereiro de 2000, foi assinado o Contrato de Concessão nº 08/2000 - ANEEL, em que o Poder Concedente outorgou a concessão de distribuição de energia elétrica nos municípios de Campina Grande, Lagoa Seca, Queimadas, Fagundes, Massaranduba e Boa Vista, no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos, contados a partir da assinatura do referido contrato.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativos e passivos financeiros setoriais, contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão e receita de construção estão apresentadas nas notas explicativas 8, 9, 13, 14 e 21, respectivamente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as Normas Internacionais do relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Em 31 de dezembro de 2016, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia de continuarem operando. Desta forma, as presentes demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade dos negócios. Baseamos nossa conclusão nas expectativas em relação ao futuro, as quais são consistentes com os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais e planos estratégicos e de investimentos.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2017.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens: (i) os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e (ii) Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas aplicadas estão descritas nas notas explicativas, sendo elas:

Nota 6 - Consumidores e concessionárias;

Nota 6 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa;

Nota 12 - Créditos tributários;

Nota 19 - Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais;

Nota 22 - Custos e despesas operacionais - energia elétrica comprada para revenda;

Nota 27 - Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos.

Nota 28 - Benefícios a empregados;

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras
- Modificações à IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34 Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014
- IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização
- IAS 16 - Ativo imobilizado

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia é como segue:

- IFRS 9 (equivalente ao CPC 48) Instrumentos Financeiros (2)
- IFRS 15 (equivalente ao CPC 47) Receitas de Contratos com clientes (2)
- IFRS 16 - Leases (3)
- Modificações à IAS 12 - Tributos sobre o Lucro (1)
- Modificações à IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa (1)
- Esclarecimento do IFRS 15 - Receitas de Contrato com Cliente (2)
- Modificações à IFRS 2 - Pagamento com base em ações (2)
- Modificações à IFRS 4 - Aplicação do IFRS 9 Instrumentos financeiros com o IFRS 4 Classificação dos contratos (2)
 - Modificações às IAS 40 - Transferências de propriedade para investimentos (2)
 - IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e considerações antecipadas (2)

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

(3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenham efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 (classificação e mensuração de ativos financeiros), que podem modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros, mas que nesse momento estão em avaliação pela companhia.

3.2 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

- a. **Caixa e equivalentes de caixa** - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.
- b. **Instrumentos financeiros e atividades de hedge** - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Esta classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado; (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iv) disponível para venda - são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados nas categorias anteriores.

Existem três tipos de níveis para a apuração do valor justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação dos valores justos dos instrumentos financeiros está apresentada na nota explicativa nº 27.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto, recursos vinculados, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber, instrumentos financeiros derivativos e ativo financeiro setorial.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas, passivo financeiro setorial e instrumentos financeiros derivativos.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado, exceto os derivativos que são mensurados pelo valor justo.

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo. No início da relação de “hedge”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de “hedge” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”. A nota explicativa nº 27 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “hedge”.

“Hedge” de valor justo: hedge de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como “hedge” de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de “hedge” atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do “hedge accounting” é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de “hedge”, o instrumento de “hedge” vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de “hedge”. O ajuste ao valor justo do item objeto de “hedge”, oriundo do risco de “hedge”, é registrado no resultado a partir deste exercício.

- c. **Consumidores e concessionárias** - englobam o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras.
- d. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa** - foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL.
- e. **Estoques** - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização.
- f. **Ativo e passivo financeiro setorial** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. Considerando-se que os contratos de concessão da Companhia foram atualizados em dezembro de 2014, para inclusão da base de indenização dos saldos remanescentes de diferenças temporárias entre os valores homologados e incluídos nas tarifas

vigentes e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência, e considerando a orientação técnica OCPC-08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacional de Contabilidade), a Companhia passou a ter um direito ou obrigação incondicional de receber ou entregar caixa ou outro instrumento financeiro ao Poder Concedente e, portanto, passou a registrar os valores dentro de seus respectivos períodos de competência. Esses ativos e passivos estão detalhados na nota explicativa nº 9.

- g. **Contas a receber da concessão** - representa a parcela do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, foi confirmada a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição pelo Poder Concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são classificados como disponíveis para venda, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia elétrica das distribuidoras.

A Companhia originalmente registrou desde o exercício de 2012 como receita financeira o valor correspondente a diferença entre o VNR e o custo histórico contábil, entretanto a partir dos exercícios de 2016 e 2015 revisou sua prática contábil passando a classificar a remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho. Esta alteração de prática, esta suportada basicamente no (i) retorno dos negócios de distribuição, sobre o investimento em infraestrutura, é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura mais a taxa de "WACC" (custo médio ponderado do capital); e (ii) investir em infraestrutura é a atividade do negócio de distribuição de energia elétrica, e o seu modelo está suportado em controlar a construção, manutenção e operação dessa infraestrutura. A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão.

Esses ativos foram classificados como disponível para venda, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 13.

- h. **Investimentos** - estão contabilizados ao custo de aquisição, líquido de provisão para perdas, quando aplicável.
- i. **Imobilizado** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação:

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização (nota explicativa nº 14).

- j. **Intangível** - contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pela Companhia na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão.
- k. **Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação.

I. **Redução a valor recuperável** - a Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

Ativo financeiro:

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e os juros dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado e refletidos em conta de provisão contra recebíveis, quando perdas, e reversão de desconto, quando juros. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As alterações nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivo, são reconhecidos no resultado financeiro.

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável é consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso é como segue:

- (i) **Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação.

m. **Empréstimos e financiamentos** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap foram reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício.

n. **Derivativos** - os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 27.

o. **Imposto de renda e contribuição social** - A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos, calculados com base nas alíquotas efetivas, considerando a parcela dos incentivos fiscais. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o

lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

- p. **Incentivos fiscais SUDENE** - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos são reconhecidos no resultado do exercício e destinados a reserva de lucros específica, na qual são mantidos até sua capitalização.
- q. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.
- r. **Ajuste a valor presente** - determinados títulos de créditos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações.
- s. **Dividendos** - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até a sua efetiva aprovação.
- t. **Resultado** - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A Companhia contabiliza receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. A Companhia terceiriza suas obras e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero.
- u. **Benefícios a empregados - benefício definido** - A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.
- v. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço.
- w. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.3 Reapresentações de exercícios anteriores

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu as seguintes reclassificações nas suas demonstrações do resultado e no valor adicionado de 31 de dezembro de

2015, originalmente emitidas em 17 de março de 2016 conforme demonstrado a seguir, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”.

Demonstração do Resultado	Divulgado 2015	Reclassificado	Reapresentado 2015
Receita operacional líquida	257.275	2.385	259.660
Lucro bruto	75.278	2.385	77.663
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos	54.025	2.385	56.410
Receitas financeiras	11.154	(2.385)	8.769

Demonstração do Valor Adicionado	Divulgado 2015	Reclassificado	Reapresentado 2015
Receitas			
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	387.835	2.385	390.220
Valor adicionado bruto	208.341	2.385	210.726
Valor adicionado líquido	202.419	2.385	204.804
Receitas financeiras	11.818	(2.385)	9.433

A natureza das reclassificações realizadas encontra-se descritas a seguir:

- (a) A Companhia revisou suas práticas contábeis e concluiu que o ajuste do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentado sob a rubrica de “Receita financeira – Atualização do contas a receber da concessão VNR”, no resultado financeiro, reclassificado para o grupo de receitas operacionais – ativo financeiro indenizável da concessão, objetivando melhor apresentação quanto à sua posição patrimonial e seu desempenho e de sua atividade de distribuição de energia elétrica. Esta mudança de prática contábil, de acordo com o CPC 23 é como segue:
- (i) O retorno dos negócios de distribuição, sobre o investimento em infraestrutura, é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura mais a taxa de “WACC” (custo médio ponderado do capital);
 - (ii) Investir em infraestrutura é a atividade do negócio de distribuição de energia elétrica, e o seu modelo está suportado em controlar a construção, manutenção e operação dessa infraestrutura; e
 - (iii) A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão.

O impacto no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é uma reclassificação de R\$2.385 da receita financeira – Atualização do contas a receber da concessão VNR para receitas operacionais – ativo financeiro indenizável da concessão.

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em seis municípios no Estado da Paraíba, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1 Caixa e equivalente de caixa

Descrição	2016	2015
Caixa e depósitos bancários à vista	3.650	3.780
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	15.058	30.341
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	14.055	6.867
Compromissada (1)	1.003	23.474
Total caixa e equivalentes de caixa (2)	18.708	34.121

A carteira de aplicações financeiras de liquidez imediata é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's) e Debêntures. A rentabilidade média ponderada da carteira consolidada em 31 de dezembro de 2016 equivale a 100,92% do CDI (102,73% do CDI em 2015).

- (1) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas a 102,5% do CDI.
- (2) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

5.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

5.2.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Descrição	2016	2015
1) Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	7.868	10.881
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	3.458	3.722
Compromissadas (1)	91	48
Fundos de Investimento (2)	2.352	39
Fundos de Investimento Exclusivos (3)	1.956	7.061
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	102	-
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	20	1.158
Debêntures	402	-
Compromissadas	26	2.383
DPGE	-	152
Títulos públicos	17	766
Fundo de Crédito	77	-
Fundo de Renda Fixa	529	2.602
Letra Financeira(LFT)	161	-
Letra Financeira(LF)	616	-
Nota Promissória	6	-
Outros instrumentos	11	11
2) Mantidas até o vencimento	482	387
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) (4)	482	387
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (5)	8.350	11.268
Circulante	4.546	7.233
Não Circulante	3.804	4.035

- (1) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (2) Fundo de Investimento - É classificado como renda fixa e é remunerado a 67,93% até 101,86% CDI.
- (3) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, CCB, Debêntures, compromissadas, Fundos de Renda Fixa, Fundos de Crédito, Títulos, LFT, LFS, LF, são remuneradas de 101,72% até 113,95% do CDI.
- (4) Fundos de investimento em direitos creditórios - FIDC Energisa Centro Oeste com vencimento em 01/10/2034.
- (5) Inclui R\$4.090 (R\$4.207 em 2015) referente a recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira consolidada em 31 de dezembro de 2016 equivale a 100,76% do CDI (102,73% do CDI em 2015).

6. Consumidores e concessionárias

O saldo de Consumidores e concessionárias refere-se substancialmente aos: (i) valores faturados de venda de energia elétrica a consumidores finais, concessionárias revendedoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada; (ii) valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (iii) receita de uso da rede elétrica e os valores renegociados. A exposição aos riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 27.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				Provisão p/ devedores duvidosos (5)	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias		2016	2015
Valores correntes: (1)									
Residencial	4.186	-	4.688	469	17	-	(486)	8.874	9.249
Industrial	3.312	-	139	45	12	-	-	3.508	5.252
Comercial	4.675	-	727	73	-	-	-	5.475	6.215
Rural	305	-	393	55	-	3	(3)	753	744
Poder público	1.307	-	14	-	-	-	-	1.321	1.859
Iluminação pública	2.043	-	-	-	-	-	-	2.043	964
Serviço público	183	-	-	-	-	-	-	183	216
Fornecimento não faturado	6.899	-	-	-	-	-	-	6.899	7.479
Valores renegociados:									
Residencial	396	986	217	42	55	336	(551)	1.481	703
Industrial	278	1.360	26	11	33	180	(691)	1.197	1.284
Comercial	488	6.610	170	44	71	310	(1.025)	6.668	6.027
Rural	36	90	16	4	7	35	(73)	115	50
Poder público	114	357	1	-	-	-	-	472	670
Iluminação pública	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Serviço público	-	-	-	-	-	-	-	-	2
(-) Ajuste valor Presente (3)	(29)	(2.650)	-	-	-	-	-	(2.679)	(3.185)
Subtotal	24.193	6.753	6.391	743	195	864	(2.829)	36.310	37.530
Suprimento Energia - Moeda Nacional (2)	986	-	172	7	8.906	9	(9)	10.071	5.781
Outros (4)	933	-	-	-	359	735	(333)	1.694	1.154
Total	26.112	6.753	6.563	750	9.460	1.608	(3.171)	48.075	44.465
Circulante								42.845	40.579
Não Circulante								5.230	3.886

- (1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.
 (2) Energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O saldo de suprimentos de energia em 31 de dezembro de 2016, refere-se ao registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$10.080 (R\$5.790 em 2015), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2016. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, referente a aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema de R\$4.335 (R\$6.293 em 2015), conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	2016	2015
Créditos a vencer	986	5.781
Créditos vencidos	9.094	9
Sub-total créditos CCEE	10.080	5.790
(-) Encargos de serviços do sistema	(4.335)	(6.293)
Total créditos CCEE	5.745	(503)

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Uso de estimativas: os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

- (3) **Ajuste a valor presente:** refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa do CDI de 13,63% a.a. (14,14% em 2015). Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações. Abaixo demonstramos o fluxo de caixa e sua temporalidade.

Exercício	Valor
2017	253
2018	248
2019	281
2020	336
2021 em diante	1.561
Total	2.679

- (4) Inclui serviços taxados e outros valores a receber de consumidores. A Companhia possui R\$762 referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares. Em contrapartida o valor é contabilizado na rubrica de ICMS em tributos e contribuições sociais no passivo não circulante.
- (5) Provisão para créditos de devedores duvidosos - A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes.

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Contratos renegociados - (i) parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas (ii) mais de 3 parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas vencidas e a vencer.

Segue movimentação das provisões em 2016 e 2015:

Movimentação das provisões	2016	2015
Saldo - inicial -circulante - 2016 e 2015	2.482	3.011
Provisões (reversões) constituídas no exercício	1.667	1.235
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(908)	(1.764)
Saldo - final - circulante - 2016 e 2015	3.241	2.482
Alocação:		
Consumidores e concessionárias	3.171	2.407
Outros créditos	70	75

7. Tributos a recuperar

	2016	2015
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (a)	2.497	2.641
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (b)	234	1.136
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ (c)	3.613	1.819
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL (c)	2.537	2.536
Contribuições ao PIS e a COFINS (d)	1.842	1.892
Outros	1.095	-
	11.818	10.024
Ativo circulante	8.865	7.413
Ativo não circulante	2.953	2.611

- (a) Refere-se aos créditos de ICMS originados das aquisições dos equipamentos e materiais para o ativo intangível e imobilizado, realizáveis nos próximos 48 meses mediante as compensações mensais com o imposto incidente sobre a venda de energia elétrica aos consumidores.
- (b) Imposto de renda retido na fonte originado basicamente de retenções realizadas sobre rendimentos de aplicações financeiras e do fornecimento de energia elétrica aos órgãos públicos, serão compensados com as antecipações mensais de IRPJ e o excedente, não utilizado dentro do próprio exercício, será incorporado ao saldo negativo de IRPJ do ano calendário.
- (c) Saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados no ano calendário de 2016 e em exercícios anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.
- (d) Corresponde ao pagamento a maior de PIS/COFINS efetuado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, relativo ao custo de aquisição de energia comprada para revenda, encargos de conexão, serviços e demais custos relacionados à atividade de distribuição de energia elétrica da Companhia e inclui 24 parcelas remanescentes de créditos constituídos até 31 de dezembro de 2014 sobre máquinas, equipamentos, materiais e de prestação de serviços incorporados ao ativo intangível e imobilizado, recuperáveis em 1/48 avos, conforme legislação vigente a época da constituição do saldo. A partir do exercício de 2015, em razão de alteração da legislação, os créditos passaram a ser constituídos sobre a cota de depreciação/amortização dos bens e equipamentos utilizados na atividade operacional.

8. Revisão e reajuste tarifário periódico

8.1 Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços públicos de energia elétrica, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Em 31 de janeiro de 2017, a ANEEL através da Resolução nº 2.200, homologou o reajuste tarifário a vigorar a partir de 04 de fevereiro de 2017. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento médio de 0,43%.

8.2 Reajuste tarifário extraordinário:

A ANEEL, em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2015, deliberou por conceder, a partir de 02 de março de 2015, reajuste tarifário extraordinário (RTE) diferenciado para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. O efeito médio para a Companhia foi de 0,61% (valor retificado homologado pela Resolução Homologatória nº 1.870 de 07 de abril de 2015).

O reajuste tarifário extraordinário (RTE) aplicado tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

8.3 Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no

contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.483 de 29 de janeiro de 2013, aprovou o resultado da terceira revisão tarifária da Companhia que vigora desde fevereiro de 2013, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi aumento de 6,18%.

8.4 Bandeiras tarifárias:

Desde janeiro de 2015, as contas de energia passaram a ter a incidência do mecanismo denominado Sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias visam refletir por meio de uma sinalização de fácil assimilação pelos consumidores (analogia a um semáforo) os custos variáveis da geração de energia elétrica que, até antes de sua implementação, somente eram repassados às tarifas de energia nos reajustes tarifários ordinários das distribuidoras. Além de garantir a cobertura dos custos variáveis de energia às distribuidoras, o mecanismo tem um papel fundamental de sinalizar à população os custos reais de geração de energia elétrica proporcionando que esta possa promover alterações de hábitos voltados à realização de um consumo consciente de energia.

Mensalmente, por meio de um Despacho, a ANEEL divulga a cor da Bandeira Tarifária que será vigente no mês civil seguinte. Para tanto, utiliza-se de informações fornecidas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS de previsões de geração de energia elétrica no país relativas aos custos de geração de energia por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetem os agentes de distribuição conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN. Cabe à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE realizar a gestão da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

Dessa forma, as bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia no SIN.

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre quaisquer acréscimos;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$1,50, a partir de março foi de R\$3,50 e em setembro de 2015 alterou para R\$2,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016 uma nova alteração da regulamentação definiu um adicional de R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$3,00, a partir de março do mesmo ano o índice foi alterado para R\$5,50 e em setembro de 2015 alterado para R\$4,50 a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016, nova alteração na regulamentação definiu a abertura da bandeira vermelha em dois patamares: patamar 1 com um índice de R\$3,00 e patamar 2 com um índice de R\$4,50 aplicáveis a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

As alterações da regulamentação de bandeiras tarifárias observadas no segundo semestre de 2015 e início de 2016 foram promovidas pela ANEEL para garantir que o mecanismo regulatório estivesse efetivamente alinhado com as necessidades de coberturas de custos de geração de energia do país. Ao longo da aplicação desse mecanismo foi possível observar que por um período ocorreu insuficiência de recursos (conta centralizadora deficitária), enquanto em outro período se observou sobra de recursos (superávit da conta centralizadora).

Importante destacar que desde abril de 2016 a Bandeira Tarifária Verde está vigente o que, conforme citado, não implica em acréscimos de custos às faturas de energia dos consumidores. Apenas no mês de novembro de 2016 a bandeira tarifária amarela esteve vigente.

8.5 Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação:

A sobrecontratação da Companhia é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Em razão de regra disposta no Decreto nº 5.163/04, independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão

dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos a Companhia, distribuidora de energia elétrica, por atividade que não lhe remunera (a aquisição de energia).

Para afastar os prejuízos decorrentes da aquisição de energia que lhe foi imposta, mitigando a sua sobrecontratação, ao longo de 2016 e ainda em 2017, a companhia envidou e vem envidando seus melhores esforços e utilizando-se de todos os mecanismos disponíveis, tais como a participação nos MCSDs Mensais e de Energia Nova e a realização de acordos bilaterais com geradores. Mesmo assim, considerando que um dos últimos mecanismos ainda não foi realizado (o MCSD Ex-Post), a companhia, em conjunto, estima ter encerrado o ano de 2016 com 111,0% de nível de contratação, sendo que o excedente, acima dos 100%, é liquidado pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) ao longo do ano.

Por isso, a companhia, baseando-se tanto em parecer técnico de reconhecido escritório de advocacia e em manifestações da ABRADDEE, quanto em interações com a Aneel, recorreu à para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se o prejuízo da Companhia, distribuidoras de energia elétrica.

O Poder Concedente, inclusive indicando a sua convergência com o entendimento da companhia, alguns meses após a realização do leilão A-1 e após iniciadas as discussões com relação ao equívoco na sua realização, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto nº 8.828/16, alterando a obrigação aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, forma mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes.

Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, e a devolução da energia a eles correspondente, também já foi manifestado entendimento no sentido que não há porque fazer distinção entre estes e os consumidores potencialmente livres apenas em decorrência da fonte de energia do fornecedor escolhido. Resta apenas a definição sobre a aplicação da permissão de redução dos contratos (CCEAR) por migração de consumidor especial para o ambiente livre e a consideração das sobras relativas a essa migração como involuntárias.

Como até a data de publicação da presente Demonstração Financeira de 2016, as discussões acerca do tema encontravam-se em curso, conservadoramente, optou-se pela contabilização das despesas incorridas com as sobras de energia até que decisão definitiva seja proferida pela ANEEL.

Os valores incorridos até 31 de dezembro de 2016, não repassável para as tarifas dos consumidores, foram de R\$925 reconhecidos como ganho na demonstração do resultado do exercício.

9. Ativo e passivo financeiro setorial

A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Desde o exercício de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens financeiros o que permitiu a contabilização dos saldos da CVA de forma prospectiva de acordo com o OCPC 08.

No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Desta forma, os valores iniciais reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida à receita de venda de bens e serviços.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativo e passivo financeiro setorial, conforme demonstrado a seguir:

Ativo financeiro setorial	Saldo em 2015	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transfêrência	Saldo em 2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A (i)										
Energia elétrica comprada para revenda	29.669	(8.273)	(15.990)	(26)	1.382	6.762	1.476	5.286	6.262	500
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	128	147	(103)	14	(173)	13	13	-	13	-
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	377	274	(335)	6	43	365	38	327	334	31
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	-	-	492	-	(492)	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	1.871	2.361	(1.426)	315	(819)	2.302	180	2.122	2.101	201
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (iv)	1.825	4.330	(1.888)	354	(546)	4.075	246	3.829	3.711	364
CUSD	-	(4)	-	1	33	30	-	30	27	3
Exposição de submercados	747	-	(540)	-	(132)	75	75	-	75	-
Garantias (v)	-	158	(180)	16	597	591	53	538	540	51
Saldo a Compensar (vi)	-	1.496	-	-	-	1.496	-	1.496	1.354	142
Total Ativo	34.617	489	(19.970)	680	(107)	15.709	2.081	13.628	14.417	1.292

Passivo financeiro setorial	Saldo em 2015	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transfêrência	Saldo em 2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A (i)										
Energia elétrica comprada para revenda	-	(1.379)	-	(3)	1.382	-	-	-	-	-
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	125	23	90	(173)	65	-	65	59	6
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	-	(113)	66	4	43	-	-	-	-	-
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	6.077	8.018	(5.507)	451	(492)	8.547	560	7.987	7.790	757
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	482	316	21	(819)	-	-	-	-	-
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (iv)	-	87	433	26	(546)	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de energia (ii)	13.673	490	(5.147)	930	-	9.946	585	9.361	9.057	889
Devoluções Tarifárias (*)	-	404	-	12	-	416	-	416	-	416
CUSD	15	(33)	(15)	-	33	-	-	-	-	-
Exposição de submercados	-	3.544	132	329	(132)	3.873	-	3.873	3.506	367
Garantias (v)	-	(40)	-	(4)	44	-	-	-	-	-
Saldo a Compensar (vi)	-	-	(714)	-	925	211	211	-	211	-
Outros itens financeiros (vii)	4.551	(300)	(3.571)	(22)	(372)	286	286	-	286	-
Total Passivo	24.316	11.285	(13.984)	1.834	(107)	23.344	1.642	21.702	20.909	2.435
Saldo líquido	10.301	(10.796)	(5.986)	(1.154)	-	(7.635)	439	(8.074)	(6.492)	(1.143)

(*) Refere-se à receita de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo, no montante de R\$ 404, conforme Despacho ANEEL nº245/2016, que determinou que para operacionalizar os efeitos contábeis em consonância com o Proret, a partir do 4º ciclo de Revisão Tarifária os novos valores decorrentes de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo deverão ser apropriados em Passivos Financeiros Setoriais- Devoluções Tarifárias sendo atualizados mensalmente de acordo com o índice de correção monetária estabelecido no Proret (IPCA) e somente começará a ser amortizado quando da homologação no 5º Ciclo Reajuste Tarifário Periódico.

(i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

(ii) Repasse de sobrecontratação/exposição involuntária de energia

As distribuidoras devem garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado.

Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos cinco por cento em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.

(iii) Encargo de Serviço do Sistema - ESS

Representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários dos Sistemas Interligado Nacional - SIN.

(iv) Neutralidade da Parcela A

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

(v) Garantias Financeiras

Repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004.

(vi) Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior

Conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o Saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.

(vii) Outros itens financeiros

Considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como, Reversão do financeiro RTE2015, Diferencial Eletronuclear, Repasse de Compensação DIC/FIC, etc.

10. Outros créditos

	2016	2015
Baixa renda (1)	1.548	1.278
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	1.869	2.573
Ordens de serviço em curso - ODS outros	20	13
Adiantamentos	274	299
Subvenção CDE - desconto tarifário (2)	193	928
Créditos de terceiros - Alienação de bens e direitos	574	137
Outros	2	26
Total - circulante	4.480	5.254

- (1) Baixa renda - Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	2016	2015
Saldo inicial (circulante) -2015 e 2014	1.278	1.505
Subvenção Baixa Renda	8.837	8.310
Ressarcimento pela Eletrobrás	(8.567)	(8.537)
Saldo final (circulante) -2016 e 2015	1.548	1.278

- (2) Subvenção CDE - desconto tarifário: Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo corresponde à subvenção incorridas nos meses de novembro a dezembro de 2016, cujo ressarcimento a administração da empresa estará compensando no primeiro trimestre de 2017.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	2016	2015
Saldo inicial (circulante) - 2015 e 2014	928	1.700
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	4.384	4.580
Ressarcimento pela Eletrobrás	(5.119)	(5.558)
Atualização monetária	-	206
Saldo final (circulante) -2016 e 2015	193	928

11. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Minas - Distribuidora de Energia S/A (EMG), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Serviços Aéreos S/A, Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda, Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A, Energisa Geração Usina Maurício e Parque Eólico Sobradinho, Energisa Comercializadora de Energia S/A, além das participações nas sociedades J.Q.M.J. Participações S.A., BBPM Participações S.A., Denerge Desenvolvimento Energético S.A. e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - em recuperação judicial, que conferiram à Energisa S.A. o controle indireto da Rede Energia S/A e, por consequência, das sociedades: Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS), Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT), Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO), Caiuá Distribuição de Energia S/A (Caiuá), Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale do Paranapanema S/A (EDEV), Empresa Elétrica Bragantina S/A (EEB), Multi Energisa Serviços S/A, Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (CTCE), Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S/A, Companhia Geral e QMRA Participações S/A.

Transações efetuadas no exercício:

	Serviços contratados (1)	Energia elétrica comprada para revenda/ Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição (2)	Comissão aval (Despesa financeira) (3)	Saldo a receber (Consumidores e concessionárias)	Saldo a pagar (Fornecedores)
Energisa S/A	7.131	-	587	-	564
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	-	2.771	-	-	-
2016	7.131	2.771	587	-	564
2015	6.418	64	619	230	749

- (1) Os serviços contratados junto a controladora refere-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL.
- (2) Os valores de venda de energia e custo e uso de conexão estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado.
- (3) Refere-se custo de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a.

Remuneração dos Administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$804 (R\$613 em 2015) e da Diretoria foi de R\$1.385 (R\$1.169 em 2015). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$84 (R\$81 em 2015). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$277 (R\$255 em 2015).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$23 e R\$1 (R\$20 e R\$1 em 2015), respectivamente. A remuneração média no exercício de 2016 foi de R\$8 (R\$7 em 2015).

Na AGE de 26 de abril de 2016, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2016 em R\$3.658 (R\$3.402 para o exercício de 2015).

12. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A estimativa para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	2016	2015
Ativo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	18.323	19.202
Contribuição social sobre o lucro líquido	6.596	6.913
Total - não circulante	24.919	26.115
Passivo		
Diferenças Temporárias		
Imposto de renda	1.221	5.314
Contribuição social sobre o lucro líquido	439	1.913
	1.660	7.227
Totais líquidos - ativos não circulantes	23.259	18.888

As diferenças temporárias são como segue:

	2016		2015	
	base de cálculo	IRPJ + CSSL	base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Creditos fiscais - ágio (1)	41.963	14.267	44.710	15.201
Outras provisões (PEE, P&D, honorários e outras)	8.242	2.802	6.799	2.312
Ativo financeiro setorial (CVA's)	7.635	2.596	(9.896)	(3.364)
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	6.531	2.221	8.097	2.753
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	3.241	1.102	2.482	844
Ajustes a valor presente	2.679	911	3.185	1.083
Outras adições temporárias	661	225	1.760	601
Marcação a mercado - derivativos	1.389	472	(7.881)	(2.680)
Marcação a mercado - dívida	951	323	36	12
Variações cambiais passivas	-	-	9.741	3.312
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR do contas a receber da concessão e atualizações:	(4.883)	(1.660)	(3.487)	(1.186)
Total - ativo não circulante	68.409	23.259	55.546	18.888

(1) O benefício fiscal do ágio está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, segundo a curva de rentabilidade projetada, conforme aprovado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 759 de 12 de dezembro de 2006.

A seguir está apresentada a estimativa para as realizações dos impostos diferidos. As projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Exercício	Realização dos créditos fiscais
2017	1.676
2018	1.906
2019	2.460
2020	2.565
2021	2.274
2022 a 2025	14.038
Total	24.919

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados são demonstrados como segue:

	2016	2015
Lucro antes dos impostos	18.547	54.343
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição calculados às alíquotas fiscais combinadas	(6.306)	(18.477)
Ajustes:		
Redução do imposto de renda e adicionais (*)	4.619	8.001
Outros	75	186
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(1.612)	(10.290)
Alíquota efetiva	8,69%	18,94%

(*) Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDENE- auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram registrados diretamente na demonstração de resultado do exercício na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

A Companhia possui redução do imposto de renda e adicionais. Em dezembro de 2012 obteve aprovação do Ministério da Integração Social os novos pedidos de benefício fiscal de 75% para o período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2021 e o deferimento de seus pedidos junto à Receita Federal - Ato Declaratório Executivo nº 13 de 03 de junho de 2013 e consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

Uso de estimativas: os créditos tributários são reconhecidos com relação as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

13. Contas a receber da concessão

Em 14 de janeiro de 2013, foi publicada a Lei nº 12.783, conversão da Medida Provisória nº 579/2012, que vem determinar a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

A partir desta publicação foram alteradas as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, com a aplicação do IGPM. Em novembro de 2015 a ANEEL através da Resolução Normativa nº 686/2015, aprovou a revisão do Submódulo 2.3 dos Procedimentos de

Revisão Tarifária (PRORET) da Base de Remuneração Regulatória (BRR), onde determinou que a base de remuneração fosse corrigida pela aplicação do IPCA.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, por mudança de prática contábil, a Companhia passou a reconhecer a remuneração do contas a receber da concessão VNR em receitas operacionais como ativo financeiro indenizável da concessão em R\$1.396 (R\$2.385 em 2015).

No exercício de 2015, estão incluídos os impactos do recálculo do valor do VNR a valor justo com aplicação da variação do novo índice de atualização (IPCA).

O saldo de contas a receber da concessão está classificado como disponível para venda no ativo não circulante.

Segue as movimentações ocorridas no exercício:

	2016	2015
Ativo financeiro custo corrigido - 2015 e 2014	40.871	31.644
Adições no exercício (*)	5.695	7.060
Baixas no exercício	(13)	(218)
Subtotal - Ativo financeiro custo corrigido -2016 e 2015	46.553	38.486
Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão (**)	1.396	2.385
Ativo financeiro valor justo - 2016 e 2015	47.949	40.871

(*) Transferência do intangível para o contas a receber da concessão.

(**) Os ativos estão a valor justo com aplicação da variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizada pelo regulador nos processos de reajustes tarifários. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

14. Intangível e Imobilizado

	2016	2015
Intangível - Contrato de concessão	74.744	75.251
Imobilizado	955	868
Total	75.699	76.119

Intangível - Contrato de concessão

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão. A movimentação dos bens da concessão, é como segue:

	Saldo 2015	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldo 2016
Em Serviço						
Custo	177.822	-	13.096	(10.705)	-	180.213
Amortização Acumulada	(91.128)	-	-	9.187	(8.739)	(90.680)
Subtotal	86.694	-	13.096	(1.518)	(8.739)	89.533
Em Curso	13.983	15.834	(13.096)	(10.371)	-	6.350
Total Intangível	100.677	15.834	-	(11.889)	(8.739)	95.883
Obrigações vinculadas à concessão						
Em Serviço						
Custo	52.910	-	832	-	-	53.742
Amortização Acumulada	(32.021)	-	-	-	(1.700)	(33.721)
Subtotal	20.889	-	832	-	(1.700)	20.021
Em Curso	4.537	2.089	(832)	(4.676)	-	1.118
Total Obrigações Vinculadas	25.426	2.089	-	(4.676)	(1.700)	21.139
Total Intangível	75.251	13.745	-	(7.213)	(7.039)	74.744
Imobilizado em Serviço						
Software	4	-	-	-	-	4
Máquinas e equipamentos	1.356	-	259	-	-	1.615
Veículos	67	-	-	-	-	67
Móveis e utensílios	1.062	-	17	-	-	1.079
Total do imobilizado em serviço	2.489	-	276	-	-	2.765
Depreciação acumulada:						
Software	(3)	-	-	-	(1)	(4)
Máquinas e equipamentos	(900)	-	-	-	(136)	(1.036)
Veículos	(58)	-	-	-	(9)	(67)
Móveis e utensílios	(660)	-	-	-	(43)	(703)
Total Depreciação acumulada	(1.621)	-	-	-	(189)	(1.810)
Subtotal Imobilizado	868	-	276	-	(189)	955
Imobilizado em curso	-	276	(276)	-	-	-
Total do Imobilizado	868	276	-	-	(189)	955
Total Ativo Intangível e Imobilizado	76.119	14.021	-	(7.213)	(7.228)	75.699

(*) Das baixas no montante de R\$7.213, R\$5.695 foi transferido para o contas a receber da concessão e R\$1.518 referem-se a baixas realizadas no exercício.

	Saldos 2014	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldos 2015
Em Serviço						
Custo	133.872	36.893	8.486	(1.429)	-	177.822
Amortização Acumulada	(58.060)	(26.093)	-	706	(7.681)	(91.128)
Subtotal	75.812	10.800	8.486	(723)	(7.681)	86.694
Em Curso	9.775	20.367	(8.486)	(7.673)	-	13.983
Total Intangível	85.587	31.167	-	(8.396)	(7.681)	100.677
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Em Serviço						
Custo	15.156	36.893	861	-	-	52.910
Amortização Acumulada	(3.982)	(26.093)	-	-	(1.946)	(32.021)
Subtotal	11.174	10.800	861	-	(1.946)	20.889
Em Curso	2.698	3.313	(861)	(613)	-	4.537
Total Obrigações Vinculadas a concessão	13.872	14.113	-	(613)	(1.946)	25.426
Total Intangível	71.715	17.054	-	(7.783)	(5.735)	75.251
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Software	4	-	-	-	-	4
Máquinas e equipamentos	1.164	-	192	-	-	1.356
Veículos	67	-	-	-	-	67
Móveis e utensílios	993	-	69	-	-	1.062
Total do imobilizado em serviço	2.228	-	261	-	-	2.489
Depreciação acumulada:						
Software	(3)	-	-	-	-	(3)
Máquinas e equipamentos	(781)	-	-	-	(119)	(900)
Veículos	(49)	-	-	-	(9)	(58)
Móveis e utensílios	(595)	-	-	-	(65)	(660)
Total Depreciação acumulada	(1.428)	-	-	-	(193)	(1.621)
Subtotal Imobilizado	800	-	261	-	(193)	868
Imobilizado em curso	-	261	(261)	-	-	-
Total do Imobilizado	800	261	-	-	(193)	868
Total do intangível e do imobilizado	72.515	17.315	-	(7.783)	(5.928)	76.119

(*) Das baixas no montante de R\$7.783, R\$7.060 foi transferido para o contas a receber da concessão e R\$723 referem-se a baixas realizadas no exercício.

(**) R\$10.800 Incorporação de ativos da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, conforme ANEEL - Resolução Autorizativa nº 4.462 de 12/2013.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, revogada pela Resolução 691/2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do intangível está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,34% (4,23% em 2015).

A partir da segunda revisão tarifária periódica, ocorrida em janeiro de 2009, as obrigações vinculadas à concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais, entretanto as novas adições, ocorridas a partir de 01 de janeiro de 2015, início da vigência da nova versão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, estabelecido pela Resolução Normativa nº 605, passaram a ser amortizadas de acordo com a data da imobilização até estar totalmente amortizado.

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão, está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas a seguir:

Obrigações vinculadas à concessão:	2016	2015
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	53.101	51.811
Participação do Governo do Estado ⁽²⁾	3.774	3.774
Reserva para reversão ⁽³⁾	12	12
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	4.353	3.555
(-) Amortização acumulada	(33.721)	(32.021)
Total	27.519	27.131
Alocação:		
Contas a receber da concessão	6.380	1.705
Infraestrutura - Intangível em serviço	20.021	20.889
Infraestrutura - Intangível em curso	1.118	982
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	-	3.555
Total	27.519	27.131

(1) As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

(2) As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

(3) A partir da segunda revisão tarifária periódica, ocorrida em fevereiro de 2009, as obrigações vinculadas à concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo intangível da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais. As novas adições ocorridas a partir de 01 de janeiro de 2015 passaram a ser amortizadas de acordo com a data de aquisição, até estar totalmente amortizada.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da Resolução Normativa n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3° ciclo de revisões tarifárias, fossem contabilizadas como Obrigações Especiais. Anteriormente ao 3° ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3° ciclo de revisão tarifária em fevereiro de 2013 e, a partir dessa data, os faturamentos das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizados na rubrica Obrigações Especiais.

Até 31 de agosto de 2016, o montante contabilizado naquela rubrica foi de R\$4.353 (R\$3.555 em 2015), e foi transferido para obrigações especiais em serviço para ser amortizado a partir de fevereiro de 2016. Conforme Resolução Normativa n°660 de 28 de abril de 2015, a partir do 4° ciclo de revisão tarifária a Receita de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente será contabilizada na rubrica Passivos Financeiros Setoriais, sendo atualizados, mensalmente, pela variação do IPCA.

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Imobilizado

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia são revisadas anualmente, é como segue:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	2016	2015
Máquinas e equipamentos	16,84%	16,60%
Veículos	14,29%	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%	6,25%

15. Fornecedores

	2016	2015
Suprimento:		
Contratos Bilaterais (1)	12.430	10.843
Operador Nacional do Sistema Elétrico ONS (1)	380	365
Conexão à rede (1)	7	-
Uso do sistema de distribuição (1)	679	247
Encargos de Serviço no Sistema (1)	4.335	6.293
Materiais, serviços e outros (2)	2.664	3.489
Total	20.495	21.237
Circulante	20.092	20.834
Não circulante	403	403

(1) Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) Refere-se as aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

16. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

O saldo dos empréstimos e financiamentos, bem como os encargos e demais componentes a eles relacionados, são como se segue:

	2016	2015
Empréstimos e Financiamentos - moeda nacional	40.185	44.634
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	19.753	27.334
Encargos de dívidas - moeda nacional	184	176
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	576	181
(-) Custos a amortizar	(140)	(112)
(-) Marcação a mercado de dívidas	951	36
Total	61.509	72.249
Circulante	8.871	33.231
Não Circulante	52.638	39.018

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (**)	Garantias
	2016	2015					
FIDIC Grupo Energisa III	5.059	5.058	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	14,70%	F
Luz para Todos - Eletrobrás	-	53	5,00% a.a. (Pré)	nov/16	Mensal	5,00%	F
Repasse BNDES I - BNB	2.887	3.458	UMBND + 3,90% a.a.	mar/23	Mensal	3,97%	A
Repasse BNDES II - BNB	8.179	8.074	TJLP + 3,90% a.a.	mar/23	Mensal	11,40%	A
Repasse BNDES - Bradesco ⁽³⁾	2.566	2.141	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46% a 11,76%	A
Repasse BNDES - Itaú ⁽³⁾	2.240	1.870	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46% a 11,76%	A
Repasse BNDES - Bradesco ⁽³⁾	2.166	1.702	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%	A
Repasse BNDES - Itaú ⁽³⁾	1.891	1.484	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%	A
Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE) - BNB ⁽⁵⁾	1.145	3.383	7,50% a.a. (Pré)	jun/17	Mensal	7,50%	F + E
Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE) - BNB ⁽⁵⁾	3.393	4.848	7,50% a.a. (Pré)	ago/19	Mensal	7,50%	F + E
FINAME - Itaú BBA	2.809	3.234	4,50% a 5,50% a.a. (Pré)	fev/21	Mensal	4,50% a 5,50%	A
BNDES FINEM - Itaú BBA ⁽⁴⁾	8.034	9.505	TJLP + 3,81% a 8,10% a.a.	abr/21	Mensal	11,31% a 15,60%	A
(-) Custo de captação incorridos na contratação	(140)	(112)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	<u>40.229</u>	<u>44.698</u>					
Resolução 4131 - Itaú BBA ⁽¹⁾	20.329	-	4,8535% a.a. (Pré)	jul/18	Final	-11,69%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML ⁽¹⁾	-	15.692	Libor + 2,45% a.a.	fev/16	Final	-13,42%	A
Resolução 4131 - Santander ⁽¹⁾	-	11.823	2,59% a.a. (Pré)	mar/16	Final	-13,95%	A
(+) Marcação à Mercado de Dívida ⁽²⁾	951	36					
Total em Moeda Estrangeira	<u>21.280</u>	<u>27.551</u>					
Total	<u>61.509</u>	<u>72.249</u>					

A = Aval Energisa S.A., E= Fundo de reserva, F=Recebíveis.

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações no montante R\$4.215 (R\$4.035 em 2015), registrados na rubrica "Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo circulante e não circulante.

(**) Inclui variação cambial para as dívidas em moeda estrangeira.

(1) Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiro derivativo (vide nota explicativa nº 27).

(2) As operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (nota explicativa nº 27).

(3) A controladora Energisa S/A., firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Citibank S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM, no montante de R\$10.693, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da controladora Energisa S.A. de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contados da data de emissão das debêntures de 7ª emissão da controladora Energisa S.A.

Até dezembro de 2016 foram liberados R\$8.320, referente a 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos.

Esses recursos serão destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão da companhia, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Os contratos junto ao BNDES possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A.. Além disto, estes contratos possuem obrigações contratuais não financeiras, como envio periódico de informações, cumprimento regular de normas trabalhistas, manutenção de licenças necessárias à operação, bem como de seguros, entre outras, que são avaliadas pelo banco quanto ao fiel atendimento. O descumprimento desses níveis e obrigações pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 27 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2016, as exigências contratuais foram cumpridas.

(4) Os contratos possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora final Energisa S.A. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2016, os índices foram cumpridos (vide nota explicativa nº 27).

(5) Considera Bônus adimplemento de 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semiárido e fora do semiárido, respectivamente.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no exercício:

Moeda/indicadores	2016	2015
US\$ x R\$	-16,54%	47,01%
TJLP	7,50%	7,00%
SELIC	14,02%	13,32%
CDI	14,00%	13,24%
LIBOR	0,67%	0,29%
UMBNB	0,07%	0,06%

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	2016
2018	29.341
2019	8.310
2020	7.653
2021	4.593
Após 2021	2.741
Total	52.638

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	2016	2015
Saldos em 2015 e 2014	72.249	60.305
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	31.130	34.256
Custos Apropriados	(59)	-
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	4.504	18.303
Marcação a Mercado das Dívidas	915	36
Pagamento de principal	(42.675)	(35.331)
Pagamento de juros	(4.555)	(5.320)
Saldos em 2016 e 2015	61.509	72.249
Circulante	8.871	33.231
Não circulante	52.638	39.018

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes é como segue:

Contratos	2017	2018	2019 em diante	Total
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	8	8	15	31
Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	9	-	-	9
Banco Nacional de Desenvolvimento Economico e Social - BNDES	19	19	62	100
Total	36	27	77	140

17. Tributos e Contribuições Sociais

	2016	2015
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	7.360	6.771
Encargos sociais	353	357
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	5.760	4.888
Contribuição social s/ o lucro líquido - CSLL	2.103	2.704
Contribuições ao PIS e a COFINS	1.046	3.426
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	55	78
Outros	2.399	310
Total	19.076	18.534
Circulante	8.333	12.509
Não circulante	10.743	6.025

18. Encargos setoriais

	2016	2015
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	2.322	2.471
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	75	170
Ministério de Minas e Energia - MME	38	100
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	1.306	959
Programa de Eficiência Energética - PEE	2.495	2.877
Total	6.236	6.577
Circulante	4.463	5.314
Não circulante	1.773	1.263

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007 e nº 12.212 de 21 de janeiro de 2010.

A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176 de 28 de novembro de 2005, nº 219 de 11 de abril de 2006, nº 300 de 12 de fevereiro de 2008, nº 316 de 13 de maio de 2008, nº 504 de 14 de agosto de 2012, nº 556 de 18 de junho de 2013 e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL de 28 de dezembro de 2009.

Por meio das Resoluções Normativas nº 316, de 13 de maio de 2008, alterada pela REN nº 504 de 14 de agosto de 2012 e nº 556 de 18 de junho de 2013, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

19. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisões para riscos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	2016	2015
Saldos iniciais - 2015 e 2014	4.089	3.183	825	8.097	7.412
Constituição de provisões	742	1.103	4	1.849	1.565
Reversões de provisões	(670)	(709)	(507)	(1.886)	(525)
Pagamentos realizados	(684)	(1.354)	-	(2.038)	(1.117)
Atualização monetária	273	189	46	508	732
Saldos finais - 2016 e 2015	3.750	2.412	369	6.531	8.097
Depósitos e cauções vinculados (*)				(525)	(533)

(*) A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante no montante de R\$5.113 (R\$5.181 em 2015). Deste total, R\$4.588 (R\$4.648 em 2015) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou remoto.

Perdas prováveis:

Trabalhistas

A maioria dessas ações discutem horas extras, equiparação salarial, acidente de trabalho, FGTS e do saldo apresentado em 2016.

No exercício foram efetuados R\$742 de novas provisões e reversões de provisões anteriormente constituídas de R\$670. O incremento de provisão refere-se basicamente as revisões dos cálculos de liquidação ante a realização de provas periciais, sentenças e acórdãos, bem como a entrada de novos processos requerendo responsabilidade subsidiária para receber adicional de periculosidade, horas extras e seus reflexos e salários ao mesmo tempo. Foram liquidados no exercício cerca de R\$684, referente ações trabalhistas.

Cíveis

Os processos cíveis discute-se principalmente indenizações por acidente com lesão e danos morais/materiais, inscrição no serasa, danos elétricos e queima de equipamentos, rede de distribuição cuja causa reflete a extensão de rede e demora no atendimento, suspensão de fornecimento indevida e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia.

No exercício foram constituídos R\$1.103 de novas provisões e reversões de provisões anteriormente constituídas de R\$709. O incremento de provisão refere-se basicamente a revisões dos cálculos de liquidação ante a realização de provas periciais, sentenças e acórdãos, bem como a entrada de novos processos requerendo indenizações por acidente, danos morais/materiais, inscrição no serasa, danos elétricos e queima de equipamentos, rede de distribuição, entre outros. Foram liquidados no exercício cerca de R\$1.354, referente ações trabalhistas.

Fiscais

Refere-se a discussões relacionadas à INSS, ICMS, ISS, DCTF e multa Procon. Os processos encontram-se com a exigibilidade de seus créditos suspensa, seja por estarem em trâmite os processos administrativos, seja por se encontrarem devidamente garantidas as execuções fiscais em andamento.

No exercício foram efetuados R\$4 de novas provisões e R\$ 507 de reversões de provisões anteriormente constituídas.

A administração da Companhia entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos, foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo

de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Perdas possíveis:

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$34.644 (R\$ 25.259 em 2015), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requer a constituição de provisão.

O aumento de R\$ 7.285 registrado entre o período referente a entrada de novos processos entrantes, a alteração no valor pedido da base de ativos, aos arquivamentos realizados e a atualização monetária da base de ativos, conforme será detalhado mais adiante.

Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R\$3.382 (R\$2.795 em 2015), referem-se aos seguintes objetos: horas extras, adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como a responsabilidade subsidiária da Companhia em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

A redução de R\$ 284 refere-se basicamente ao encerramento de 53 processos onde se discute horas extras, vínculo empregatício, acidente de trabalho, equiparação salarial, entre outros.

Principal Processo

. Ação onde se discute questões relacionadas a indenização com valor envolvido de R\$ 499.

Cíveis

Ações judiciais de natureza cível no montante de R\$5.758 (R\$5.120 em 2015), têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia; (iii) compra de energia elétrica; e (iv) multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

O incremento de R\$ 638 refere-se principalmente à entrada de 149 novos processos onde se discute oscilação de tensão, suspensão de fornecimento, alteração cadastral, negativação indevida, variação/revisão de consumo, entre outros, bem como à atualização dos processos existentes.

Principais Processos

. Ação onde se discute questões relacionadas a auto de infração/CADE com valor envolvido de R\$ 1.478.

Fiscais

Ações de natureza fiscais e tributárias no montante R\$25.504 (R\$ 17.344 em 2015), referem-se basicamente a discussões sobre: (i) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (ii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, entre outros.

O incremento de R\$ 6.931 refere-se principalmente à entrada alteração de valor pedido em 05 processos onde se discute questões relacionadas a ICMS e Glosa da Ágio CSLL/IRPJ e alteração de natureza.

Principais Processos

. Ação onde se discute questões relacionadas a Glosa de Ágio (2006 a 2008) com valor envolvido de R\$ 11.849;
. Ação onde se discute questões relacionadas a Glosa de Ágio CSLL/IRPJ com valor envolvido de R\$ 4.029;

Uso de estimativas: A Companhia registrou provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

20. Patrimônio líquido

20.1 Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$73.540 (R\$65.539 em 2015) está representado por 292.919 ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2016, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$8.001, sem emissão de novas ações, mediante capitalização do saldo da reserva de lucros - Incentivo Fiscal - Redução de Imposto de Renda, passando o capital social para R\$73.540, representado por 292.919 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 540 mil ações, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

20.2 Reserva de capital - reserva especial de ágio

Constituída em face da incorporação da controladora. Conforme mencionado na nota explicativa nº12, representa o benefício fiscal do ágio que será incorporado ao capital social da Companhia, conforme prerrogativa da Administração, à medida que for apurado benefício fiscal em decorrência da amortização da parcela correspondente do ágio que lhe deu origem.

20.3 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada o que preceitua o Art 193 da Lei 6.404/76.

A Companhia deixou de constituir reserva legal sobre o lucro líquido do exercício em face de que o somatório desta reserva com as reservas de capital excedem de trinta por cento do capital social.

20.4 Reserva de lucros - retenção de lucros

Foram destinados para a reserva de retenção de lucros, com base em orçamento de capital aprovado pela Diretoria e a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária o valor de R\$180.

20.5 Reserva de lucros- reserva de redução de imposto de renda

A Companhia, por atuar no setor de infraestrutura na região Nordeste, obteve a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo nº 206/2012 - SUDENE, que impõe algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de capital e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e

(iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei 11.638/07, e Lei 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apurou R\$4.620 (R\$8.001 em 2015) de redução de imposto de renda e adicionais.

20.6. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e permite a distribuição de dividendos apurado com base em resultados intermediários.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	16.935	44.053
Reserva legal (5%)	(847)	(2.203)
Reserva de lucros - reserva de redução de imposto de renda	(4.619)	(8.001)
Lucro líquido ajustado	11.469	33.849
Dividendos obrigatórios (25%)	2.867	8.462
Dividendos antecipados pagos (*):		
. Pagos em 03 de junho de 2015 - R\$17,07 por ação	-	5.000
. Pagos em 27 de agosto de 2015 - R\$9,21 por ação	-	2.699
. Pagos em 25 de agosto de 2016 - R\$22,02 por ação	6.451	-
. Pagos em 21 de dezembro de 2016 - R\$5,58 por ação	1.636	-
	8.087	7.699
Dividendos obrigatórios complementares(R\$2,60 em 2015) por ação	-	763
Dividendos adicionais propostos: R\$9,76 (R\$86,94 em 2015) por ação (**):	3.382	25.387
Total dos dividendos	11.469	33.849
% sobre o lucro líquido ajustado	100	100

(*) Os dividendos antecipados aprovados pelas RCAs de 12 de agosto e 30 de novembro de 2016, (28 de maio e 29 de julho de 2015) foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 30 de junho e 30 de setembro de 2016 (31 de março e 30 de junho de 2015).

(**) Os dividendos adicionais propostos foram registrados na rubrica específica de dividendos a pagar dentro do próprio Patrimônio Líquido, de acordo com as normas do CPC-08 e serão pagos em data a ser definida em RCA.

21. Receita operacional

	2016			2015		
	Não auditado pelos auditores independentes		R\$	Não auditado pelos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	176.411	235.707	139.988	172.510	230.695	137.777
Industrial	566	122.458	56.567	585	179.676	83.147
Comercial	14.875	146.788	83.468	14.949	155.347	90.589
Rural	15.150	23.792	9.426	15.053	24.294	7.985
Poder Público	1.440	32.689	17.618	1.415	32.749	17.866
Iluminação Pública	73	33.411	11.822	69	28.780	10.956
Serviço Público	66	6.880	2.454	64	8.666	3.018
Consumo Próprio	11	265	-	12	283	-
Subtotal	208.599	601.990	321.343	204.657	660.490	351.338
Suprimento	1	134.801	29.721	1	45.353	15.537
Fornecimento não Faturado Líquido	-	(402)	(580)	-	(5.135)	1.614
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	7	-	2.289	2	-	420
Receita de Construção (1)	-	-	14.956	-	-	18.663
Outras receitas operacionais	-	-	2.841	-	-	2.588
(-) Ultrapassagem Demanda	-	-	(283)	-	-	(604)
(-) Excedente de Reativos	-	-	(920)	-	-	(1.036)
Constituição e Amortiz - CVA Ativa e Passiva (2)	-	-	(16.377)	-	-	3.148
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	13.221	-	-	12.826
Ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	1.396	-	-	2.385
Total - receita operacional bruta	208.607	736.389	367.607	204.660	700.708	406.879
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	80.870	-	-	83.690
PIS	-	-	5.497	-	-	6.303
COFINS	-	-	25.319	-	-	29.034
ISS	-	-	116	-	-	103
Deduções Bandeiras Tarifárias (3)	-	-	704	-	-	(2.004)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	1.041	-	-	1.193
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	27.945	-	-	27.203
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	1.042	-	-	1.193
Taxa de Fiscalização dos serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	364	-	-	504
Total - deduções receita operacional	-	-	142.898	-	-	147.219
Total - receita operacional líquida	208.607	736.389	224.709	204.660	700.708	259.660

(1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo a receita de construção igual a custo de construção.

(2) Refere-se a montante de ativos e passivos financeiros setoriais reconhecidos no resultado do exercício de acordo com a OCPC 08.

(3) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

A ANEEL, através do Ofício nº 185 de 08 de abril de 2015, com alteração efetuada pelo Despacho nº 245 de 28 de janeiro de 2016, estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados nas rubricas Encargos do consumidor - Bandeira Tarifária e Reembolso do Fundo CDE - Bandeira Tarifária. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional.

As receitas auferidas pela Companhia referentes as bandeiras tarifárias no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram de R\$5.860(R\$29.317 em 2015), além de ter repassado para CCRBT o montante de R\$704 e recebido da Conta Centralizadora dos Recursos de

Bandeiras Tarifárias CCRBT o montante de R\$2.004 em 2015. Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado da Companhia no exercício de 2016 foi de R\$5.156 (R\$27.313 em 2015).

Para os meses de janeiro a novembro de 2016 e exercício de 2015 a Aneel homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	2016	2015
Janeiro	Nº 265 de 01 de fevereiro de 2016 (Nº 583 de 04 de março de 2015)	-	(288)
Fevereiro	Nº 797 de 30 de março de 2016 (Nº 829 de 30 de março de 2015)	(2)	319
Março	Nº 1.061 de 02 de maio de 2016(Nº1.356 de 4 de maio de 2015)	-	323
Abril	Nº 1.431 de 31 de maio de 2016(Nº1.743 de 29 de maio de 2015)	-	535
Maio	Nº 1.734 de 29 de julho de 2016 (Nº 2.131 de 30 de junho de 2015)	(1)	1.269
Junho	Nº 2.045 de 29 de julho de 2016 (Nº 2.440 de 29 de julho de 2015)	(4)	380
Julho	Nº 2.298 de 29 de agosto de 2016 (Nº 3.386 de 06 de outubro de 2015)	(7)	88
Agosto	Nº 2.626 de 30 de setembro de 2016 (Nº 3.387 de 06 de outubro de 2015)	(5)	(367)
Setembro	Nº 2.882 de 01 de novembro de 2016 (Nº 3607 de 29 de outubro de 2015)	(7)	(952)
Outubro	Nº 3.147 de 01 de dezembro de 2016 (Nº3887 de 01 de dezembro de 2015)	(2)	867
Novembro	Nº 3.415 de 29 de dezembro de 2016(Nº 007 de 05 de janeiro de 2016)	(461)	(53)
Dezembro	Valores de 2016 foram estimados, enquanto de 2015 foram homologados pelo despacho Nº 265 de 01 de fevereiro de 2016	(215)	(117)
Total		(704)	2.004

22. Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

Natureza do gasto	Custo do serviço			Despesas operacionais	Total	
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Gerais e administ.	2016	2015
Energia elétrica comprada para revenda(*)	128.604	-	-	-	128.604	121.665
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição (*)	15.466	-	-	-	15.466	18.399
Pessoal e administradores	-	10.188	4	7.110	17.302	17.049
Entidade de previdência privada	-	39	-	106	145	224
Material	-	1.737	12	242	1.991	1.741
Serviços de terceiros	-	4.944	-	10.734	15.678	14.752
Depreciação e amortização	-	6.317	-	876	7.193	5.922
Provisão e reversão p/créditos de liquidação duvidosa	-	1.667	-	-	1.667	1.235
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	-	(2.075)	(2.075)	(77)
Custo de construção	-	-	14.956	-	14.956	18.663
Outras	-	258	-	2.221	2.479	2.627
	144.070	25.150	14.972	19.214	203.406	202.200

Energia Elétrica comprada para revenda

	MWH (***)		Energia elétrica comprada p/revenda	
	2016	2015	2016	2015
Energia de leilão	397.272	383.534	74.255	78.111
Energia bilateral	89.431	89.187	22.249	19.094
Cotas de Angra REN 530/12	27.750	28.413	5.593	4.757
Energia de curto prazo - CCEE (**)	-	9.009	16.744	25.464
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	267.022	240.872	16.686	7.821
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	17.117	16.973	5.346	3.841
Ressarcimento pela exposição térmica (*)	-	-	-	(7.594)
(-) Parcela a pensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(12.269)	(9.829)
Total	798.592	767.988	128.604	121.665

(*) Através do Decreto presidencial n.º 8.221/2014, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

Em março de 2015 a Aneel homologou os valores através do Despacho nº 773 de 27 de março de 2015 no montante de R\$7.594.

Os valores referentes ao Despacho de março de 2015, foram repassados pela CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado como redução de custo de energia comprada e sobre eles foram registrados encargos de PIS e COFINS.

(**) Inclui demais custos na CCEE tais como, efeitos da CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão, efeito de cotas de garantia física, efeito cotas de energia nuclear e exposição de cota itaipu.

(***) Não auditado pelos auditores independentes.

Uso de estimativas: os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

23. Outros resultados

	2016	2015
Outras receitas:		
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	880	392
Outros	95	-
	975	392
Outras despesas:		
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(1.819)	(930)
Outros	(453)	(512)
	(2.272)	(1.442)
Total	(1.297)	(1.050)

24. Receitas e despesas financeiras

	2016	2015
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	4.066	3.012
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	4.454	3.662
Juros ativos financeiros setoriais	680	2.281
Juros Selic s/ impostos a recuperar	2.456	171
Tributos s/ receitas financeiras	(507)	(664)
Outras receitas financeiras	1.918	307
Total receita financeira	13.067	8.769
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas - juros	(4.942)	(5.173)
Variação monetária e cambial	438	(13.130)
(-) Transferência para ordens em curso	667	1.005
Marcação a mercado da dívida	(915)	(36)
Marcação a mercado derivativos	23	463
Instrumentos financeiros derivativos	(2.616)	9.667
Atualização de provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	(508)	(732)
Ajuste valor presente ativo	506	(502)
Juros passivos financeiros setoriais	(1.834)	-
Despesas bancárias	(686)	(720)
Comissão de aval	(587)	(619)
Multas e juros s/ tributos e contribuições	(2.323)	(65)
Outras despesas financeiras	(1.749)	(994)
Total despesa financeira	(14.526)	(10.836)
Despesas financeiras líquidas	(1.459)	(2.067)

25. Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações ordinárias em circulação.

	2016	2015
Lucro líquido do exercício:	16.935	44.053
Média ponderada das ações	292.919	292.919
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$ (*)	57,81	150,39

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

26. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2016	2015
Risco Operacional	07/11/2017	38.000	37	25
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2017	50.600	45	45
Frota- Danos Materiais e Corporais a Terceiros	23/10/2017	Até R\$ 360 / Veiculo	24	22
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais (*)	31/12/2017	11.460	30	30
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	26/11/2017	50.000	9	11
			145	133

(*) Importância Segurada relativa ao mês Dez/2016.

Risco Operacional

Na apólice contratada foram destacadas as subestações e prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumulto, alagamentos/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil Geral

Apólice contratada na modalidade GERIP, possui cobertura securitária para danos morais, materiais e corporais, causados a terceiros em decorrência das operações da empresa.

Frota

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)

Apólice de seguro garante o pagamento dos prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os Segurados em virtude de atos danosos pelos quais sejam responsabilizados decorrentes de atos de sua gestão.

27. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Nível	2016		2015	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	2	18.708	18.708	34.121	34.121
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	8.350	8.350	11.268	11.268
Consumidores e concessionárias	2	48.075	48.075	44.465	44.465
Conta a receber da concessão	3	47.949	47.949	40.871	40.871
Ativo financeiro setorial	3	15.709	15.709	34.617	34.617
Instrumentos financeiros derivativos	2	645	645	7.881	7.881
PASSIVO	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	2	21.901	21.901	21.237	21.237
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	2	61.509	61.572	72.249	72.325
Passivo financeiro setorial	3	23.344	23.344	24.316	24.316
Instrumentos financeiros derivativos	2	2.034	2.034	-	-

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função de a Companhia ter classificado os respectivos contas a receber da concessão e ativos e passivos financeiros setoriais como disponíveis para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do exercício de R\$242 (R\$4.666 em 2015), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas explicativas nº 9 e 13.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 2016 e 2015, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão e ativo financeiro setorial líquido. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras avaliados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNB, BNDES e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esse o FIDC, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento. Para algumas das dívidas a Companhia realizou a opção pela designação ao valor justo por meio do resultado, conforme descrito abaixo.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

Em 01 de julho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo "swap" (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como hedge accounting. Em 31 de dezembro de 2016 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de "hedge" de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge.

Os contratos de "swap" são designados e efetivos como "hedge" de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o "hedge" foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como hedge foi impactado positivo R\$36 (R\$36 em 2015 negativo), reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no exercício de 2016, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de dezembro de 2016, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o exercício, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$951 e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista a cada 2 anos) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de risco de Capital

O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

	2016	2015
Dívida (a)	61.509	72.249
Caixa e equivalentes de caixa	(18.708)	(34.121)
Dívida Líquida	42.801	38.128
Patrimônio Líquido (b)	115.571	132.110
Índice de endividamento líquido	0,37	0,29

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado na nota explicativa nº 16.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		21.498				403	21.901
Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas	13,41%	6.594	6.033	45.745	14.703	3.218	76.293
Total		28.092	6.033	45.745	14.703	3.621	98.194

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração da Companhia vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2016	2015
Caixa e equivalente de caixa	5	18.708	34.121
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	8.350	11.268
Consumidores e concessionárias	6	48.075	44.465
Ativo financeiro setorial líquido	9	15.709	34.617
Conta a receber da concessão	13	47.949	40.871
Instrumentos financeiros derivativos	27	645	7.881

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 16, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás e BNDES) e outras instituições financeiras do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta

os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face de seus negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, com queda de 15,78% sobre 31 de dezembro de 2015, cotado a R\$3,2591/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2016 era de 14,4%, enquanto em 31 de dezembro de 2015 era de 22,07%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2016, de R\$61.649 (R\$72.361 em 2015), R\$21.280 (R\$27.551 em e 2015) estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 16. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em dólares têm custo de até variação cambial + 4,85% ao ano e possuem vencimentos de curto e longo prazo, sendo o ultimo vencimento em julho de 2018.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apresenta (R\$7.881 em 2015) no ativo circulante, R\$645 no ativo não circulante, R\$2.034 no passivo circulante, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se tratam de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão dos lançamentos de marcação a mercado ora refletido nas demonstrações financeiras. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar, poderá implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Administração da Companhia está atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização.

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
EBO					
Resolução 4131 - Itaú BBA	6.060	VC + 5,71%	CDI + 3,55%	02/07/2018	Fair Value Option

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2016	2015		2016	2015
Dívida designada para “Fair Value Option”	20.000	-	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(21.279)	-
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	21.279	-
Swap Cambial (Derivativo)	20.000	-	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(22.668)	-
			Posição Líquida Swap	(1.389)	-
			Posição Líquida Dívida + Swap	(22.668)	-

O Valor Justo dos derivativos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 16 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima.

A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps), essas taxas estão dispostas abaixo com periodicidade mensal e abrangem o período de 1º de outubro de 2013 até o vencimento de todas as operações de derivativos. A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BMF.

Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Deliberação CVM 603/09, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015, que podem ser assim resumidos:

(1) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2016, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(20.000)		(20.843)	(26.625)	(32.501)
Variação Dívida	-		(843)	(6.625)	(12.501)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	21.279		22.122	27.904	33.780
Variação - USD e LIBOR	-	Alta US\$	843	6.625	12.501
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(22.668)		(22.668)	(22.668)	(22.668)
Variação - Taxa de Juros CDI	-		-	-	-
Subtotal	(1.389)		(546)	5.236	11.112
Total Líquido	(21.389)		(21.389)	(21.389)	(21.389)

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2016, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R\$ 21.389, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos *swaps*. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente negativo de R\$ 21.389 em ambos os casos.

(2) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2016 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 14,00%, TJLP = 7,5% ao ano e FNE = 8% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	23.408	Alta CDI	2.706	3.382	4.059
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(22.668)	Alta CDI	(2.620)	(3.275)	(3.930)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.059)	Alta CDI	(585)	(731)	(878)
	(23.906)	Alta TJLP	(1.793)	(2.241)	(2.690)
	(4.057)	Alta SELIC	(469)	(586)	(704)
Subtotal (2)	(55.690)		(5.467)	(6.833)	(8.202)
Total -perdas (2)	(32.282)	-	(2.761)	(3.451)	(4.143)

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2017 (11,56% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2016, TJLP 7,5%, Selic 11,56% ao ano e recursos do FNE de 8% ao ano (operações contratadas junto ao Banco do Nordeste já refletindo o bônus de adimplimento).

(**) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$ 5.959.

28. Benefícios a empregados

a) Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A Companhia é patrocinadora de plano de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de benefício definido. O plano de benefícios é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Plano Beneficiário	Contribuição anual		% s/folha de pagamento		Superávit atuarial	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
BB Previdência	71	143	0,87	1,84	1.694	2.557

O Superávit referente ao plano não foi registrado.

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar, são determinadas por atuário da própria BD Previdência.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria, em 2016 e 2015, de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 33. O Método da Unidade de Crédito Projetada foi utilizado para apuração da obrigação atuarial:

	2016	2015
Valor presente das obrigações atuariais	(7.897)	(5.571)
Valor justo dos ativos do plano	9.591	8.128
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	1.694	2.557
Ativo líquido	1.694	2.557

Demonstração das despesas para o exercício de 2017 e 2016, segundo critérios do CPC 33:

	2017	2016
Custo do serviço corrente	170	147
Custo dos juros	918	731
Custo do serviço passado	202	-
Rendimento esperado do ativo do plano	(1.120)	(1.083)
Total despesa (receita) a ser reconhecida	170	(205)

Demonstração da movimentação do compromisso da patrocinadora líquido do exercício:

	2016	2015
Ativo atuarial líquido no início do exercício	2.557	4.186
Receitas correntes	204	343
Contribuições da Companhia	54	-
Outros resultados abrangentes	(1.121)	(1.972)
Ativo atuarial líquido do final do exercício	1.694	2.557

Em 2016 e 2015, a demonstração do valor justo dos ativos é apresentada como segue:

	2016	2015
Valor justo dos ativos no início do exercício	8.128	7.818
Benefícios pagos	(399)	(248)
Contribuições de participantes vertidas no ano	56	76
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	54	59
Rendimento efetivo dos ativos	669	854
Ganhos (perdas) atuarias dos ativos	1.083	(431)
Valor justo dos ativos	9.591	8.128

Em 2016 e 2015 a demonstração do valor presente das obrigações é demonstrada como segue:

	2016	2015
Saldo no início do exercício	5.571	3.632
Benefícios pagos no ano	(399)	(248)
Contribuições de participantes	56	76
Contribuições da patrocinadora	-	59
Juros sobre obrigação atuarial	731	386
Custo do serviço corrente (com juros)	147	125
Ganhos (perdas) nas obrigações atuariais	1.791	1.541
Saldo no final do exercício	7.897	5.571

Hipóteses econômicas e demográficas aplicadas a todos os planos

Taxas ao ano	Avaliação atuarial 2016	Avaliação atuarial 2015
Taxa de desconto atuarial	6,10%	7,50%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos	11,94%	13,41%
Taxa de crescimento salarial (*)	3,00%	3,17%
Taxa de inflação projetada	5,50%	5,50%
Tábua de mortalidade Geral	AT 2000 Suav. 10% por sexo	AT 2000 Suav. 10% por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Light média	Light média

(*) acima da inflação futura.

A seguir apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Energisa BO aos seus empregados:

Descrição	2016	2015
Participantes Ativos		
Número	49	51
Idade Média	45	45
Tempo de participação (anos)	19	19
Salário de Participação Médio	R\$3,21	R\$3,35
Participantes Assistidos		
Número	9	7
Idade Média	67	68
Benefício Médio Mensal	R\$3,45	R\$2,54
Pensionistas		
Número de Pensionistas	3	3
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$0,60	R\$0,55

Uso de estimativas: Os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os

custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM 695 de 13 de dezembro de 2012 e as regras contábeis estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC nº33 R1 (IAS 19) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os superávits com planos de benefícios a empregados não são contabilizados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

b) Plano de saúde

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós emprego com esses empregados.

No exercício de 2016, as despesas com esse benefício foram de R\$1.086 (R\$907 em 2015).

29. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia - reais mil						
Vigência	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021
2017 a 2048	116.122	114.997	115.594	103.808	104.295	1.594.717

(*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente no final do exercício de 2016 e foram homologados pela ANEEL.

A Companhia efetuou análise dos compromissos de energia contratados que excedem o limite de 5% de sobrecontratação, os quais eventualmente podem não ser considerados para repasse na tarifa por serem considerados voluntários. De acordo com as projeções de demanda e estimativa de preços de mercado a Administração sensibilizou os resultados e não foram considerados significativos para suas operações.

30. Meio ambiente

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

1. Redes isoladas: são usados cabos isolados nas redes onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com a baixa tensão energizada, e os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico. Da mesma forma, são usados cabos protegidos nas redes de média tensão que têm proximidades com arborização, de forma a evitar podas indesejáveis.
2. Redes e linhas: para as extensões de redes e linhas que passem em regiões de mata, ou outro tipo de área de preservação permanente, a empresa faz o RAS - Relatório Ambiental Simplificado e apresenta as possíveis e eventuais medidas mitigadoras e/ou compensatórias a serem implementadas, à sua execução conforme previsto nas Normas Brasileiras de Distribuição, bem como as adotadas pela Companhia.

3. Nas construções das subestações, além dos Relatórios Ambientais Simplificados - RAS, como também a elaboração de Estudo de Viabilidade Ambiental - EVA; Plano de Controle Ambiental - PCA; e Inspeções Ambientais.
4. Estímulo à educação ambiental, no intuito de aumentar a conscientização dos colaboradores e da comunidade para realizar ou utilizarem os recursos naturais de forma racional e sustentável e otimizando a qualidade de vida dos colaboradores, fornecedores e da comunidade.
5. Operacionalização do Sistema de Gestão integrada de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, que atende aos requisitos estabelecidos pelas OHSAS 18.001 - Saúde e Segurança e ISO 14.001 - Meio Ambiente. Com esse sistema, a Companhia, pretende mitigar as condições de risco em suas atividades diárias de forma a prevenir acidentes e doenças do trabalho;
6. A realização sistemática e permanente de análises em amostras de óleo isolante, verificando-se a não existência de indícios de ascarel e/ou de impurezas, de forma a eliminá-los dos equipamentos da empresa, ratificando, assim, o cumprimento dos requisitos legais.
7. Disposição e tratamento de resíduos: além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, possui procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos. A Companhia tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma à regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos, recuperação de óleo lubrificante industrial, garantindo a reutilização deste material e evitando a poluição do meio ambiente. A disponibilização de papa-lâmpada e papa-pilha, bateria e cartuchos, para os colaboradores depositarem os resíduos, com destinação de forma adequada através de empresa devidamente licenciadas.
8. Desenvolvimento de campanhas de redução de consumo de água e energia, educação com base nos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da distribuição de cartilhas e palestras nas escolas (Dia da Água, Semana do Meio Ambiente, dia da Árvore), e da divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores).
9. Contratação de fornecedores que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental. E informa aos parceiros e clientes sobre as boas práticas adotadas pela empresa na preservação e defesa do meio ambiente que visam em suma preservar a vida.
10. Atuação junto ao poder público municipal e estadual para incluir a compatibilidade com a arborização no planejamento de obras e treinamento de procedimentos adequados para poda de árvores.
11. Atua junto ao poder público municipal para incluir a compatibilidade com a arborização no planejamento de obras e junto à Universidades e Órgãos do Meio Ambiente no apoio a treinamento de procedimentos adequados para poda de árvores.
12. Eficiência Energética, que contribuiu para a educação da população quanto ao uso racional, eficiente e seguro da energia elétrica, a redução do consumo de energia elétrica, com a substituição de lâmpadas, doação de equipamentos eficientes com selo Procel e adequação das instalações elétricas internas, e em casos específicos, implantação do padrão de entrada em comunidades de baixo poder.
13. Conta Cidadã: consiste na troca de lixo reciclável (agora denominados de resíduos) por créditos financeiros na conta de energia elétrica dos consumidores, com destinação organizada do material coletado no processo à indústria de reciclagem.
14. Programa de manutenção preventiva e corretiva, que tem importante papel na redução dos níveis de poluição atmosférica.
15. Apoio a Cooperativa CONTRAMAERE, promovida pela UFCG- Universidade Federal de Campina Grande, que atua na região do planalto da Borborema, especificamente em Campina Grande. Com a missão de desenvolver pesquisas e reciclagem dos resíduos sólidos.
16. Na Operação das Subestações realizamos a elaboração de Laudo de Ruído de Fundo, como também Laudo de Conformidade Eletromagnética e Laudo do Sistema de Para raios.

17. Projeto de Reforma Civil em Subestações que consiste na construção de bacia de contenção de óleo isolante e sistema separador de água óleo, com o objetivo de mitigar a área contaminada caso ocorra vazamento de óleo nos transformadores de grande porte.

18. Concepção de sistema de parede corta fogo adotado nos projetos de novas subestações, com o objetivo de impedir a expansão do fogo em caso de ocorrência de incêndio envolvendo transformadores de força.

No exercício de 2016, os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R\$974 (R\$1.276 em 2015), sendo R\$963 (R\$1.268 em 2015) alocados no ativo imobilizado e R\$11 (R\$8 em 2015) em despesas operacionais.

As informações não financeiras não foram auditadas pelos auditores independentes.

31. Informações adicionais ao fluxo de caixa

Em 2016 e 2015, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2016	2015
Atividades operacionais		
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativos	5.695	7.060
Contas a receber da concessão -Ativo financeiro indenizável da concessão	1.396	2.385
Pagamento de Fornecedores a prazo	738	1.230
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível em processo de pagamento	738	1.230
Intangível com aquisição recursos finame	-	272
Atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	-	272
Capitalização de reservas	8.001	962

32. Eventos subsequentes

(1) Recebimentos de parcelas do subcréditos - BNDES

Em 23 de janeiro de 2017, foram liberadas parcelas do subcrédito constantes do contrato de empréstimos e financiamentos junto ao BNDES Participações S.A - BNDESPAR, junto ao banco Itaú e Bradesco, referente à 1ª tranche do programa do Acordo de Investimento, no montante de R\$1.856.

Em 20 de fevereiro de 2017, foram liberadas parcelas do subcrédito constantes do contrato de empréstimos e financiamentos junto ao BNDES Participações S.A - BNDESPAR, junto ao banco Itaú e Bradesco, referente à 1ª tranche do programa do Acordo de Investimento, no montante de R\$365.

(2) Bandeiras tarifárias

A Aneel definiu a aplicação da Bandeira Amarela para o mês de março 2017, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

Com a vigência dessa bandeira, as faturas de energia observarão um adicional de R\$ 2,00 a cada 100 kWh de consumo. Esse adicional já considera a revisão promovida pela Agência, ocorrida em fevereiro último, quando na bandeira amarela o adicional sofreu um acréscimo de 33%, passando de R\$ 1,50 para R\$ 2,00 a cada 100kWh de consumo; na bandeira vermelha-patamar 2 o adicional sofreu uma redução de 22%, passando de R\$ 4,50 para R\$ 3,50 a cada 100kWh consumidos.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.
Campina Grande - PB

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 3.3 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia reclassificou certas transações que resultaram na reapresentação das demonstrações do resultado e do valor adicionado correspondentes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração e o balanço social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, não abrange o relatório da administração e o balanço social e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e o balanço social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante,

inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estarem distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no relatório da administração e no balanço social somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4